Gestão de
PESSOAS

Práticas de gestão da diversidade nas organizações

Juliana Camilo
Ivelise Fortim
Pedro Aguerre
ORGANIZADORES

Senac

8. **Reflexões sobre o racismo: desigualdade, raça e gênero no mundo do trabalho, 111**
Amailton Magno Azevedo
Adriana Maria de Souza da Silva
Eliane Barbosa da Conceição

9. **Desafios da gestão da diversidade da pessoa com deficiência, 127**
Andréia De Conto Garbin
Myrt Thânia de Souza Cruz

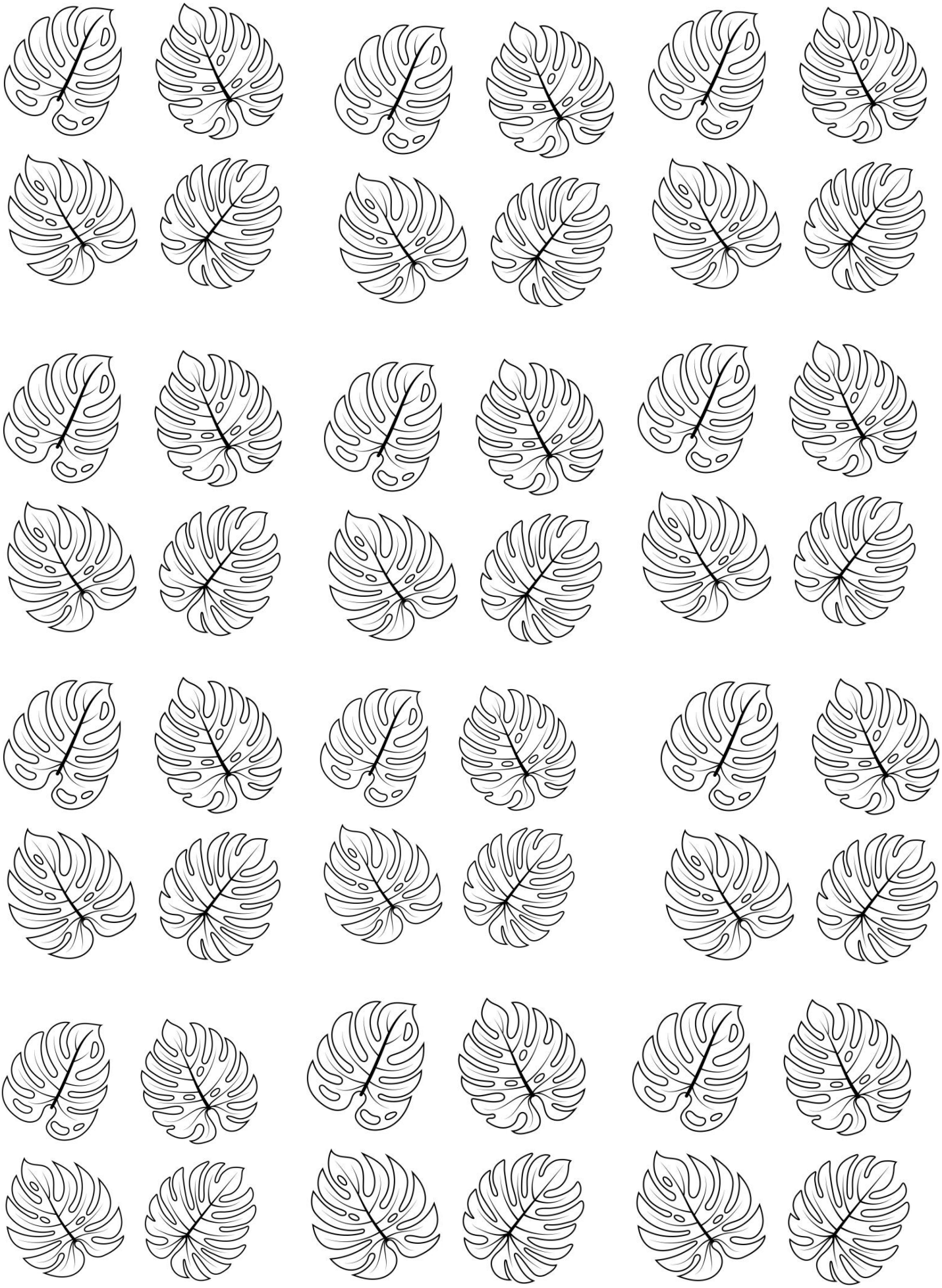
Considerações finais, 145

Sobre os organizadores, 147

Onã:

caminhos para transformação

BOCA PRETA PUBLICAÇÕES



Onã:

caminhos para transformação

BOCA PRETA PUBLICAÇÕES

Todos os direitos reservados à Editora Bora Preta Publicações. É proibido a reprodução total ou parcial desta obra sem o consentimento prévio dos autores.

ISBN 978-65-00-90812-1

Preparação de texto:Juliana de Jesus Santos, Thiago Lima dos Santos e Silvana Veríssimo.
Revisão: Juliana de Jesus Santos e Camila Vieira Rocha, Thiago Lima dos Santos e Silvana Veríssimo.
Capa e diagramação: Camila Vieira Rocha
Ilustração: Freepik, Canva
Número de páginas: 136

Todos os direitos reservados ao Coletivo Baobá: fortificando as raízes, Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência , Instituto Sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos e à Editora Boca Preta Publicações.

Rua José Madrazo, SN. Jardim Marília.

Sumário

1. Esù **8**

Texto Editorial 10

Prefácio 11

2. Ìyàmì **12**

2.1. Textos das Ialorixás

2.1.1. Ìyálorìșà Omilate

(Janai a Teodoro) 14

2.1.2. Márcia Maria Ferreira de Brito Lima

(Ìyá Márcia d'Ògún) 19

2.1.3. Maria Das Graças Ferreira Santos

(Mãe Graça de Nanã) 21

2.1.4. Ìyálórìșà Jéssica Lein de Òșàlá 22

3. Ogu **24**

3.1. Artipos 26

3.1.1. Racismo Religioso

Em Terra: Do Mito Da Democracia Racial 26

3.1.2. Dimensões sócio-políticas do racismo religioso:

impactos nas Religiões de Matrizes Africanas 31

3.1.3. Batuque, a ancestralidabe que acolhe 48

4. Yemanjá e Osùm **54**

4.1. Terreiros, natureza vira nas cibates coreto. 56

5. Oyá **61**

5.1. Sobre intolerância religiosa - Ana RainLa 63

5.2. Racis o Religio‹o e a libe›dabe de se exp›essa› - Uiara Silra 65
5.3. Racis o Religio‹o - Sanb›a La les 67
5.4. Racis o Religio‹o e os res ícios da colo>ização
Camila Vieira RocLa 69
5.5. Racis o Religio‹o - Ad'ia>a Ara 9es dos Santo‹ (Ad'ia>a Veribia>a) 71
5.6. Intolerân›ia Religio‹a - Isabella Fer a>da da Silra Lima 74
5.7. En(›enta ento ao Racis o Religio‹o - Nya'a Crispim 76
5.8. Intolerân›ia Religio‹a - Roselai>e Domi pos de Cast›o Diaz 79
5.9. De onbe ve o Racis o Religio‹o à Brasileira?
Inbia›a Taina Passo‹ dos Santo‹ 82
5.10. Racis o Religio‹o - Anb›éa de Carralho Perei'a 85
5.11. Racis o Religio‹o - Diana Apa'e›ida 87
5.12. Intolerân›ia Religio‹a e as Trabições Pop la›es no Brasil!
Rosângela Perei'a 88
5.13. As relipiões de Mat'iz Af'i›ana é o respate da me ória vira de nos‹a an›e‹t'alidabe - Cris Olirei›a 91
5.14. MinLa pe'›epção à respeito do ra›i‹mo relipioso
Elia e Hele a Fer'ei›a 93
5.15. Racis o Religio‹o - Eri a MatLe‹‹ 95
5.16. As base‹ e ro›ênt›icas da dis›ri i>ação relipiosa -
Eli›abetL Leme (Abe i Ádè Sinàimo) 97
5.17. Racis o Religio‹o - Eli a›a da Silra Gonçalre‹ 99
5.18. O Racis o Religio‹o - Sanb›a Regi a dos Santo‹ 101
5.19. Aco'ta! Pecabo é se' ra›i‹ta - Lidya>e So za 103
5.20. Racis o Religio‹o: Uma Realibate Persi‹te 9e nas Com itades Peri(éri›a‹ -Anb›essa Borge‹ 105
5.21. Racis o Religio‹o - Ângela Anb›eli a de So za Nunes 107
5.22. Espaço Sag'ato - ElisabetL Batis9a, 109
5.23. Racis o Religio‹o e os p'e›on›ei9os do dia a dia
Rose a›y Alra›es de So za (Rosi ³a). 111

5.24. Racis o Religio‹o e suas pe'‹pi›ácias

Joana Eli›ia de Araújo So za *113*

5.25. Pega a Visão: Edu›ação, Sociebate, Religião e Racis o

Eva Maria Gon›apa *115*

5.26. Ecos da Es››avibão: Pre›o>ceito Racis o e Intolerân›ia Religio‹a - Deise Benebi9o *117*

6. Oxalá ***122***

*6.1. Ap'e‹entação dos Coletico*s *124*

6.2. Racis o Religio‹o: *127*

Uma realitade c'uel que p'e›isa se' co batiba *127*

7. Erês ***131***

7. 1.Vunji/Ibeji: qua to o mu to gi'a b'i>ca to de roba. *133*

1. # Esù

*Toda mobe›nibat**t**e é ca’›egaba pela an›e‹t’alidabe*

“Que o Ogô de Exu mantenha os caminhos abertos para a transformação, cruzando e trançando pessoas que nos ajudem no caminhar”

Juliana Santos

Texto Editorial

Existe um chamado que ecoava em minha alma que não entendia muito bem de onde vinha, no ano de 2021 iria conhecer a Rede Nacional de Mulheres Negras no combate a violência no qual pude realizar minha formação de Promotora Legal Popular Preta, vocês devem estar pensando onde essa história vai dar…

Graças a essa incrível coincidência pude conhecer o Coletivo Baobá e iniciar uma parceria que seria muito enriquecedora em um futuro muito próximo.

O resultado da união dessas duas grandes entidades foi um projeto ao qual buscou abordar o tema Racismo Religioso construindo espaços de formação, presencialmente e virtualmente, o que gerou a construção desse livro que é um compilado de vozes que juntas ecoam na luta anti racista.

Em um primeiro momento a leitura passará pela apresentação dessas duas entidades e como atuam, na sequência a experiência das Ialorixás inicia trazendo um conhecimento riquíssimo e vivências que infelizmente precisam ser denunciadas.

Na construção desse documento, que servirá como base para consulta e formações, a pesquisa também se fez presente contando com uma seção para tratar dos artigos onde iremos observar a visão de alguns pesquisadores aprofundando o olhar sobre Racismo Religioso.

As percepções e construções das pessoas que pertencem às religiões de matriz africana poderá ser observada a todo momento as entidades e conhecimentos compartilhados durante as sessões abrilhantam ainda mais o processo de leitura, tornando-a algo coeso e contínuo.

Por fim iremos mergulhar nos depoimentos e percepções de mulheres incríveis que vivenciaram cada etapa dessa construção coletiva, durante a leitura pude perceber o quanto esse tema é necessário para ser colocado em evidência, precisamos nos munir de todas as informações na caminhada do letramento racial.

Existem casos muito graves que a justiça precisa se atentar e realmente punir quem se deve. Conhecer essas histórias por meio de vozes tão potentes abre os olhos para oRacismo Religioso que muitos sofrem todos os dias e infelizmente chegando a perder suas vidas.
Aproveite cada momento para se formar e levar a discussão adiante.

Camila Vieira Rocha
Coordenadora Regional de Minas Gerais
Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência

Prefácio

Finalizamos este projeto de combate ao racismo religioso em parceria com o Baobá Fortificando Raízes, financiado pelo Instituto Raça e Igualdade.

A realização deste livro com escritas originais de pessoas que convivem, vivenciam e lutam no seu dia a dia por uma sociedade mais justa, pela qual possamos ter o direito de usar nossas vestimentas, nossas guias, louvar aos Orixás sem ameaças, perseguições e desdém, é um chamado nos dizendo para continuarmos e seguirmos referenciando nossa ancestralidade, pois não caminhamos sozinhas e sozinhos, somos resultados de ritos, vivências, axés, resistências, inkices, e se estamos vivas e vivos, é porque outras e outros vieram antes de nós para que estivéssemos aqui hoje.

Saudamos o matriarcado de mulheres negras nas religiões de matrizes africanas, detentoras do saber, das cantorias e do sagrado.

Silvana Veríssimo

Coordenadora geral da Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência

2. # Ìyàmì

Cada palacra um re›o'

“As folhas são vida
em cada banho ou ao se deitar sobre elas ganha-se força para persistir nos
ensinamentos para a caça”

Juliana Santos

2.1. Textos das Ialorixás

2.1.1. Ìyálorisa Omilade (Janaina Teodoro)

Ori mo jùbá! Ori mo jùbá! Ori mo jùbá!

Meus respeitos Ori! Que Ori abençoe este sopro de Èsù nessa encruzilhada daeducação antirracista, decolonial.

Boas cabeças acreditam que boas trocas, trocas justas na encruzilhada da vida são de extrema importância para o nosso desenvolvimento em comunidade, para nossa evolução espiritual e sobretudo para que nossas práticas sejam perpetuadas.

Que Èsù me abençoe e te abençoe.

Trago neste pequeno texto aspectos importantes do nosso encontro para que possam ampliar a visão da educação de terreiro com as palavras de dentro de uma Comunidade Tradicional de Terreiro para a Comunidade Escolar.

Começo então com a expectativa criada por nós Povos de Terreiros, com o movimento de organização de diversos setores do movimento negro espalhados pelo Brasil ea conquista da Lei 10.639/03, a lei muito bem escrita, nos daria espaço nas escolas para que contássemos a verdadeira história dos povos africanos e dos africanos nascidos em diáspora.

Já no movimento de formação de professores nos deparamos com um dos tentáculos mais cruéis do racismo, o racismo religioso, nos deparamos com a resistência dos agentes da Comunidade Escolar em aceitarem que as Comunidades Tradicionais de Terreiros foram e ainda são grandes mantenedores da história dos povos africanos e pessoas africanas nascidas no Brasil.

Esses profissionais resistiram veementemente que alguns Orixás, como Sàngó, por exemplo, fez parte de uma dinastia de Reis na cidade de Oyo na Nigéria, negam até os dias de hoje que falar de Orixás nas escolas não se fala sobre ensino Religioso, mas sobre a história viva de parte de um povo, de sua cultura, de seus conceitos civilizatórios e toda a sua contribuição na construção da sociedade brasileira. Muitos profissionais levantaram-se e retiraram-se das formações alegando o ferir a sua religião esquecendo a laicidade da Comunidade Escolar, sua pluralidade e diversidade.

Nós Povos de Matrizes Africana prezamos por uma escola plural, onde os professores precisam se preparar para incluir em suas disciplinas conteúdos com real conhecimento da cultura africana e afrodiaspórica, profissionais para que possam ministrar aulas com a esperada qualidade. Um estudo que também levará a comunidade a compreendera diversidade da sala de aula e quais os motivos que essas crianças se comportam de maneiras tão distintas.

A pergunta será: qual o caminho trilhado por essa família para que ela se encontre da maneira que está hoje?

Desta maneira poderão descrever a trajetória e os processos históricos e sociais de povos africanos que contribuíram com a formação da sociedade brasileira e sobretudo os motivos reais da maioria estar em estado de vulnerabilidade social. Um movimento como o adinkra '*Pássaro Sankofa'* onde olhamos o passado, ressignificamos o presente e projetamos o futuro. Um estudo que possibilite o desenvolvimento por meio das experiências adquiridas o reconhecimento da cidadania com a oportunidade de oferecer aos educandos uma formação crítica, humana e plural.

Escola é o espaço onde crianças de Comunidades Tradicionais de Terreiros mais se sentem discriminadas, a escola tem um "espírito de catequese", em poucos minutos podemos perceber olhares de reprovação às vestes de nossas crianças, a reprovação às insígnias religiosas usadas em período de preceito religioso. Já ouvi casos de professores se vangloriarem por fazer crianças negarem sua religiosidade afroespiritualista após constantes momentos de evangelização cristã. Louvores, rezas na hora da alimentação, bíblias espalhadasnas salas e até cultos nos intervalos fazem parte da normalidade de muitas escolas.

A tolerância praticada por algumas escolas é uma cortina de fumaça, é necessário que compreendam que o Brasil é um país racista e que tolerar torna os Povos de Terreiros alvos, embora pareça um movimento interessante esta cortina de fumaça é uma ação queprevê a caridade da aceitação deste grupo considerado como referência nas tensas e complexas relações de poder. Tolerar é tornar alvo principal ao fim da tolerância, o correto é aprática do respeito.

Para se tornar capacitante e motivadora a educação antirracista e seus sentidos têm a via decolonial, é um sentido ÚNICO.

Só assim teremos um novo marco na educação brasileira, a comunidade escolar precisa realizar uma constante autoavaliação, para assim descobrirem formas de oportunizar

estratégias que visem à superação do racismo e de preconceitos existentes nas escolas e na sociedade.

É preciso que rompam barreiras e incorporem em suas práticas, cada vez mais a ideia da importância da população de matriz africana na formação étnica brasileira. A união dos saberes e fazeres do terreiro é a de possibilitar que professores repensem, à luz da experiência dos nossos quilombos contemporâneos, o papel da escola como fonte de afirmação da identidade nacional.

E, considerando a encruzilhada como lugar de encontros e de caminhos, é o lugar de uma educação antirracista que reconhece os saberes e fazeres ancestrais dos povos africanos e africanos nascidos em diáspora, saberes capazes de alterar completamente as estruturas sociais existentes e ainda que possibilitarão um futuro onde pessoas negras se reconectarão com suas histórias e pessoas não negras reconhecerão a importância do fim do racismo e da discriminação, tornando o afeto uma reconhecida e legítima tecnologia ancestral de união e de transformação.

Sem dúvidas nenhuma uma Comunidade Tradicional de Terreiro é uma grande Universidade, reúne saberes entorno de assuntos que são sabedorias ancestrais e não somente religiosas.

Há de se destacar as várias *Áfricas* existentes nas mais diversas Comunidades, o que reflete a diversidade cultural do continente africano onde aprendemos que não há verdade absoluta e respeitamos a pluralidade existente entre nós.

A nossa unidade parte das sabedorias entorno da musicalidade, da corporeidade, das histórias entorno da liturgia, da oralidade, da circularidade, do cooperativismo, da ludicidade, da culinária, dos aspectos sobre a força vital, da memória e ancestralidade, dos conceitos civilizatórios africanos. Uma teia diversa, uma teia de práticas plurais educacionais que possibilitam a reestruturação da humanidade de pessoas negras.

Para um até breve desta humilde participação desta jovem Iyalorisa que vos escreve, trago uma passagem do rascunho de meu livro infantil que traz fragmentos da leitura oracular do Oráculo de Búzios, utilizado nas Tradições Yorubanas para leitura divinatória sobre a vida do consulente, o caminho apontado por um determinado Odú, traduzido livremente como destino, fala sobre controle emocional, desta forma é possível trabalhar conceitos civilizatórios africanos com crianças de terreiro de forma leve e lúdica, podendo também ultrapassar as paredes das Comunidades Tradicionais de Terreiros.

(...) Fadará ganhou um pequeno tambor

ela treinava todos os dias

quando Fadará ia dormir

em sua casa acontecia uma magia

Ọ̀ pá, o bastão, era mau e muito temido

sempre muito estupido e vivia enfurecido

Já Agogo Ṣekete, era um jovem pequeno tambor

o som que ressoava sempre trazia amor

Ọ̀ pá passou a ter ciúmes

e a Agogo declarou guerra

disse que ele iria para o lixo

depois de ser cortado por uma serra

E por vários dias algum mal acontecia

A criança batia

Batia, Batia

Agogo se enfurecia

logo então desafinava

Fadará fazia um reboliço

Gritava aos quatro cantos:

vou jogar ele no lixo!

Assustado Agogô

decidiu procurar um Awo,

com sede de vingança

quase fez uma lambança

Com muita sabedoria

o Awo disse que nada adiantaria

e que o melhor a se fazer

era um galo a Èṣù oferecer,

pela manhã depois de rezar

dar dezesseis ìgbìs a Ọbàtálá

No dia seguinte o resultado

Fadará voltou a sua rotina

em Agogo ela batia

Batia, batia

seu coração começou a aquecer

Ọ̀ pá voltou a se enfurecer

Pensou que Agogo emudeceria

E quanto mais Fadará batia

Agogo alegre a gargalhar

sentindo Ọ̀ pá na sua maldade rachar

E foi assim que Agogo venceu

pois logo entendeu

que com ebó, reza e esperança

ele venceria Ọ̀ pá sem precisar de vingança (...)

2.1.2. Márcia Maria Ferreira de Brito Lima (Ìyá Márcia d'Ògún)

Ìlẹ̀ Àse Ewà Olódùmarè

Presidenta do CMPC

É impossível pensar políticas educacionais sob aspecto religioso sem lembrar da formação político-partidária do Congresso Nacional, a cada eleição percebemos o acréscimo de uma bancada evangélica e fundamentalista que intenciona levar para as escolas, e principalmente as públicas, a disciplina Religião, sob uma pedagogia confessional. Junto com essa estratégia está associada uma pedagogia negativamente tradicionalista que desrespeita todo tipo de diversidade, principalmente a religiosa. Baseado na LDB, Lei de Diretrizes e Bases, Religião é uma disciplina obrigatória no Ensino Fundamental, mas ela setorna optativa a partir do momento que o discente não é obrigado a cursá-la.

O Ensino Religioso pode ser ministrado nas escolas se sua abordagem for alicerçada em questões relacionadas à ética, moral e respeito, diferente do que acontece nas aulas de Religião que apenas repassam ensinamentos das religiões cristãs, desrespeitando a diversidade religiosa e discentes que não são cristãos e também aqueles que não professam féalguma.

Há muito tempo que percebemos, não somente através de relatos mas também baseados em estudos estatísticos, que o segmento religioso mais atacado por intolerantes e racistas é o de Matriz Africana, e sabemos o porquê.

Acredito que em 2003 quando a Lei 10639 foi aprovada e sancionada, o objetivo foi minimizar o racismo e ódio religiosos tão frequentes através de informar sobre essa Cultura Ancestral que tanto contribuiu para a formação do nosso país. Essa lei torna obrigatório o ensino sobre História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil. Mas é triste saberque poucas são as unidades escolares que aplicam a Lei 10639, mesmo ela já estando em vigor há quase vinte anos.

Mais uma vez o racismo atuando e impedindo que uma lei criada contra ele seja aplicada.

O que nos resta para termos políticas educacionais que atendam as multiplicidades religiosas?

Tentar através das nossas práticas mudar o atual panorama municipal, estadual e federal.

Pra isso precisamos garantir que ocupem espaços de decisão pessoas que tenham o compromisso de defender o Estado Democrático de Direito, o Respeito a todo tipo de diversidade e que garanta o Estado Laico no nosso país.

Por uma cultura de paz e respeito para todos e todas, sigamos na FÉ e não percamos a ESPERANÇA!

Axé

Amém

Aleluia

Assim Seja

Saravá

2.1.3. Maria Das Graças Ferreira Santos (Mãe Graça de Nanã)

Mais conhecida como Mãe Graça de Nanã, é uma pedagoga, Ialorixá do Ilê Axé Gilodefan, que fica localizado em Oliveira dos Campinhos, município de Santo Amaro, no Estado da Bahia.

É uma ativista negra que atua contra racismo religioso e homofobia, está na Coordenação Feirense da Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro (FENACAB), ela é integrante do Grupo Nacional Mulheres de Axé e é membra do Comitê Contra Intolerância Religiosa e membra do Numnegras Moviafro.

Intolerância Religiosa

Como falar das dores do outro, sei ter passado um dia por um preconceito, intolerâncias e outros?

Então, eu, Marinalda Soares, preferi falar com alguém que sofreu e até hoje ainda sofre essas arbitrariedades .

Apresento a vocês , Mãe Graças de Nanã

"Somos pessoas, exigimos respeito!

Falar do preconceito religioso é falar de racismo, infelizmente nós de Religião de Matriz Afro Brasileira sofremos a todo instante esse preconceito na cidade, quando passamos com nossos turbante,nossas contas sagradas,com nossas vestimentas e somos discriminadas com olhares de quem está fazendo algo errado,ou com JESUS te AMA, como se o JESUS deles fosse o único Salvador de toda humanidade, nós temos nossos ORIXÁS que nos ensina respeito,amor ao próximo, nosso pai OLODUMARE senhor criador da humanidade que nos dá vida, sabedoria, para vivermos aqui na Terra, sofremos preconceito quando pegamos um coletivo e a cadeira ao lado fica vazia mesmo o coletivo estando cheio, sofremos preconceito quando temos nossos terreiros apedrejados, sofremos preconceito quando nossas crianças negras candomblecistas são impedidas de usar, branco na sexta feira, usar suas contas, e são obrigadas a orar a cantar louvores que pertencem a outras religiões, enfim somos discriminados a todo momento, mas somos resistência e não vamos desistir da luta pela igualdade e pelo respeito a todos."

2.1.4. Ìyálórìṣà Jéssica Lein de Òṣàlá

Graduada em História, pós-graduada em Sociologia, pós-graduanda em Psicopedagogia, Pedagogia Social e Gestão de Projetos Sociais e graduanda em Pedagogia. Cantora, atriz, poetisa atualmente bailarina e professora de dança africana e afro-brasileira do Grupo de Cultura e Dança Afro-Axé Delê;Presidenta da Organização Comunitária Guerreiras Negras Oromi Delê, conselheira do Conselho Municipal de Política Cultural de Alvorada /RS , titular no segmento Afro, Coordenadora de cultura da Região Sul da Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência; Professora do Centro Cultural Africano e Beneficente Manoel Ireno Cardoso Filho, Educadora Social do Centro da Juventude de Alvorada; Embaixadora do Projeto Nova Geração do Instituto Caldeira; Co-fundadora da Afro Cursos Online e Agência Ìtàn, percussionista do Coletivo Pretambor, palestrante de história e cultura afro-brasileira e tecnologia da informação.

Relatório Sobre Intolerância Religiosa que aconteceu em Alvorada/Rs

Alvorada, 27 de setembro de 2023.

Nos últimos dias vivenciamos dias de medo e tensão na cidade de Alvorada no RS, após o ocorrido no dia 01/09/2023.

Quando se realizava a obrigação de rito religioso em um ilê localizado no bairroPorto Verde, e mais uma vez, porque foram diversas vezes há sete anos essa situação ocorre, porém nesse dia agravou e a Ìyá teve que parar o ritual religioso, que aliás está garantido pela constituição federal através Art. 5º, porque uma única pessoa que se diz sargento fez uma ligação para o 24º BPM, e aparecem viaturas para literalmente coagir, constranger nossa religião e as pessoas que exercem o culto.

Já possuímos audiências, possuímos termos circunstanciados em andamento.Inclusive o mesmo realizou um inquérito contra a Ìyá, por não concordar com os rituais religiosos que acontecem ao lado de sua casa, alegando “barulho” sendo o único vizinho a reclamar.

Nos chama a atenção que a cidade tem muitos outros problemas maiores, inclusive segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o município está entre os 50 mais violentos do Brasil, situado em 41º lugar.

Então acreditamos que existam outros problemas reais do que o toque de um tambor

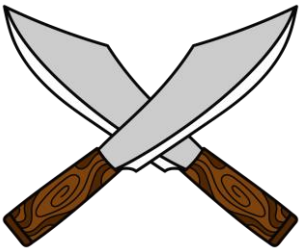
enaltecendo uma das maiores culturas deste país.

Além disso, a abordagem de forma violenta e racista precisa ser mudada, principalmente quando os mesmos ameaçaram em entrar na casa levar os tambores e instrumentos de rito, como se fossem armas e algo ilegal.

Um terreiro que mesmo sendo legalizado, com alvará, PPCI, acústica e CNPJ. Que possui projetos sociais, culturais e educacionais, para a comunidade de Alvorada. Um caso que não é isolado em nosso município e no estado, recebemos outros relatos de pessoas que não tiveram forças para aguentar tamanha atrocidade e que tiveram que fechar as suas casas, quando ocorreu uma situação parecida.

Não podemos calar o som dos nossos tambores, somos entidades onde realizamos o bem sem olhar quem bate na nossa porta. Tentamos pedir ajuda para os movimentos sociais, para as autoridades públicas, que muito pouco nos ouviu, tivemos mais respaldo dos movimentos sociais do que das autoridades e isso nos entristece, realizamos ocorrência e realizamos um movimento nas redes sociais através de vídeos e lives, para poder relatar o ocorrido.

Precisamos ser ouvidos antes que aconteça algo que possa gerar ainda mais conflito, e ressaltamos que os casos de intolerância religiosa pelo estado do RS não são isolados, precisamos fazer algo urgente sobre.



3. # Ogu

As fe’›ame 9as na te››ologia das palacras

“No céu riscou o trovão
Na terra viu-se o clarão
Os povos de santos de pé
manterão”

Juliana Santos

3.1. Artigos

3.1.1. Racismo Religioso Em Terras Do Mito Da Democracia Racial

RELIGIOUS RACISM IN THE LANDS OF THE MYTH OF RACIAL DEMOCRACY

Adriana de Souza

Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC (SP). Mestre em História Social pela PUC-SP e Graduada em História (Docência e bacharelado) pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Pesquisadora associada ao Centro de Estudos Culturais Africanos e da Diáspora - CECAFRO/PUC – Coordenadora dos 1º anos do ensino médio - Instituto Estadual de Educação (IEE) - Florianópolis - SC. Corrdenadora estadual de Santa Catarina da Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência. CV: http://lattes.cnpq.br/0476452510765471

Segundo Thaiza Pauluze, o“*Brasil registrou três queixas de intolerância religiosa por dia em 2022; total já chega a 545 no país*”[2].

> Segundo a autora:
>
> Andar até o ponto de ônibus de roupas brancas e colar de contas, a chamada guia, foi o suficiente para a enfermeira Carolina Viegas, 35, ser atingida por uma lata de refrigerante, jogada de dentro de um carro, seguido por gritos de "macumbeira" e "isso é coisa do diabo".

A violência contra os povos de terreiro aumentou no Brasil na última década. O racismo religioso codifica a dinâmica da vida mundial evidenciada pela guerra e pelos seus efeitos[4]. A liberdade religiosa é expressão da liberdade de crença, prática ou religião, a primeira inclui não apenas a liberdade de não acreditar, mas também a liberdade para cada pessoa escolher de forma independente a religião que mais lhe convém. Em segundo lugar, a liberdade religiosa externaliza e expressa publicamente as próprias crenças.

Finalmente, a liberdade de organização indica que nenhuma religião será respeitada desde que todas outras religiões sejam consideradas, esta ampla perspectiva de compreensão da liberdade religiosa na sociedade brasileira, como em outras épocas, houve restrições como a Constituição Imperial, a Constituição de 1967 e 1969[5].

Sobre subterfúgios legislativos e perseguição de pessoas associadas às religiões africanas, temos a primeira metade do século XX[6].

A perseguição as religiões de matrizes africanas, sempre esteve presente na estrutura racista da sociedade brasileira. No Brasil Colônia, o tratamento e cura das doenças estavam quase que totalmente entregue as mãos de africanas e crioulas[7].

As práticas ancestrais chamadas de "Calundu" eram utilizadas para a cura de pessoas que viviam em vilas e cidades no Brasil, segundo Luiz Mott[8], as práticas de cura, rezas, simpatias e adivinhações no Brasil colônia, pelos adeptos dos calundus, não possuíam um lugar próprio, organizavam festas públicas na casa de pessoas influentes na comunidade, ou então em casas também destinadas a outras ocupações. Essas festas eram frequentadas também por brancos vindos de diversos arraiais.

---

[2]PAULUZE, Pauluze. G1. *Brasil registra três queixas de intolerância religiosa por dia em 2022; total já chega a 545 no país*, 2022. GloboNews Disponível em:https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/07/22/brasil-registra-tres-queixas-de-intolerancia-religiosa-por-dia-em-2022-total-ja-chega-a-545-no-pais.ghtml. Acesso em 03 out. 2023.

[4] RUFINO, Luiz & SIMAS, Luiz Antonio. *Flecha no Tempo*. 1º ed. – Rio de janeiro: Mórula, 2019.

[5] CUNHA JUNIOR, Dirley da. *Curso de Direito Constitucional*. 3 ed. ampl. atual. Salvador: JusPODIVM, 2009, p. 672.

O principal sacerdote no culto do calundu, muitas vezes ganhava a vida com as práticas de cura e se tornava financeiramente independente, além de prestar à população serviços essenciais que o Estado colonial não assegurava. Um exemplo é o de Luiza Pinta que era calunduzeira, curandeira e adivinhadeira.

Isso significa que, além de oficiantes religiosos, essas pessoas sabiam preparartisanas, cataplasmas e unguentos que aliviavam os males corriqueiros dos habitantes da colônia, sendo também capazes de curar doenças mais graves como a tuberculose, a varíola e a lepra, usando os recursos da farmacopeia tradicional, participaram inclusive do combate às epidemias que assolaram o Brasil em meados do século XIX. Também sabiam curar distúrbios mentais ou espirituais, usando tratamentos combinados e complexos[9].

Alguns proprietários de escravizados compravam mulheres com fama de curandeira para lucrarem com os atendimentos junto à população.

Assim, desde o século XVII os calundus funcionavam normalmente no Brasil, pelo menos até que seus líderes se tornassem muito visíveis, angariassem clientela branca ou se envolvessem em revoltas, faziam parte da paisagem social porque eram funcionais, respondiam a várias necessidades de uma população carente e não pretendiam ser seitas secretas.

O conhecimento e o cuidado com o corpo e as ervas para o tratamento de doenças fazem parte da sabedoria tradicional africana, e a preocupação e o cuidado com o corpo estão presentes no cotidiano e é importante para o tratamento de doenças, prática presente também na diáspora[10].

No final do século XIX no Brasil, a medicina entra em processo de consolidação de um saber absoluto que se perpetua até os dias atuais, contribuindo para a discriminação e criminalização dos saberes populares correspondentes às práticas africanas representadas na figura das benzedeiras, curandeiras, parteiras, descendentes de africanas, em especial.

---

[6] OLIVEIRA, Gustavo de Souza. *"A constituição é lá para você?":* Estado laico, criminalização religiosa e a predileção à cultura cristã na construção da Primeira República brasileira. Revista Brasileira De História Das Religiões. Maringá: 14(42), 2021. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/59605. Acesso em: 03 out. 2023.

[7] Termo que designava as escravizadas nascidas no Brasil e, em alguns casos, as cativas originadas de outras colônias portuguesas

[8] MOTT, Luiz. *O calundu-Angola de Luzia Pinta*: Sabará, 1739. Revista do Instituto de Arte e Cultura, 73-82, 1994.

Quando o racismo religioso se instaura, as Mães de Santo, assim como toda e qualquer pessoa que faça parte das religiões de matrizes africanas, mas principalmente homens e mulheres negras passam a ser vítimas dos racistas e intolerantes.

No presente, vemos o passado se repetir quando os ataques aos terreiros e principalmente as Mães de Santo, aflora de forma dolorosa a memória do passado ao lembrar do Quebra-quebra de Xangô em 1912 em Maceió, onde senhoras Mães de Santo foram espancadas até a morte.

Atualmente, percebe-se o aumento de ataques aos terreiros que coincidem com o avanço das religiões evangélicas no Brasil, sendo a principal perseguidora das religiões de Matrizes Africanas.

Durante décadas, assistimos à demonização de tudo que representa a cultura africana e afro-brasileira, esta demonização é a principal ferramenta que serve para desvincular culturalmente e espiritualmente a população negra de suas raízes.

Os religiosos afro-brasileiros tornaram-se relativamente visíveis na esfera pública ao articular sua luta pela garantia do direito de praticar sua religião a partir da ideia de combate ao "racismo religiosa".

Como aponta Miranda[11], à medida que os ataques evangélicos se intensificam, esta categoria se mostra insuficiente para defender os religiosos de ascendência africana. Ouseja, a legislação brasileira não classificava a "racismo religioso" como crime, dificultandoa criminalização de atos classificados como "racismo religioso"[12].

---

[9] SILVEIRA, Renato. *Do calundu ao candomblé*: os rituais de fé africanos ganham seu primeiro tempo no início do século XIX. In: FIGUEIREDO, Luciano (org.) Raízes africanas. Rio de Janeiro: SABIN, 2009.

[10] SILVEIRA, Renato. Do calundu ao candomblé: os rituais de fé africanos ganham seu primeiro tempo no início do século XIX. In: FIGUEIREDO, Luciano (org.) *Raízes africanas*. Rio de Janeiro: SABIN, 2009.

[11] MIRANDA, Marina Santos de. "*Ah, Branco, dá um tempo*!": Vestígios de Esquizorracialidade sobre a ótica da juventude de terreiro. Monografia de graduação em Antropologia (63 p.). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018.

Em 11 de janeiro de 2023, foi sancionada pelo Presidente Lula a Lei 14.532 que criminaliza o ataque ou fechamento de templos religiosos.

A Lei 14.532, que prevê pena para o racismo religioso e recreativo, na prática, a determinação torna crime o ataque ou fechamento de qualquer templo ou igreja, garantindo o direito de culto.

O documento prevê como pena reclusão de dois a cinco anos e multa a “quem obstar, impedir ou empregar violência contra quaisquer manifestações ou práticas religiosas”.

Nas suas redes sociais, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, cobrou se “alguém ainda vai acreditar em absurdas mentiras” e desejou paz e garantiu a proteção à liberdade religiosa para todos.

3.1.2. Dimensões sócio-políticas do racismo religioso: impactos nas Religiões de Matrizes Africanas

Ozaias da Silva Rodrigues (UFAM)
Patrício Carneiro Araújo (UNILAB)

Introdução

Neste capítulo, discutiremos o racismo religioso a partir de um olhar sobre a realidade mais atual das relações entre as religiões afro-brasileiras e o espaço social brasileiro, considerando o campo religioso como epicentro de dinâmicas de interações tensas que são impostas à população ligada a essas expressões religiosas. Nesse sentido, já chamamos a atenção para os desafios enfrentados por essas populações em vários trabalhos de nossa autoria.

Na sua maioria, nossas reflexões resultam tanto de pesquisas sistemáticas, como é o caso dos livros *Entre ataques e atabaques: intolerância religiosa e racismo nas escolas* (ARAÚJO, 2017) e *A força dos que resistem e a sanha dos que atacam: um debate sobre racismo religioso, intolerância e religiões de matrizes africanas* (RODRIGUES, 2023), quanto de outras vivências e articulações com pesquisadores e afrorreligiosos, como no caso do livro *Intolerâncias, racismo e ativismos* (RODRIGUES, ARAÚJO, 2022).

No caso deste capítulo, além dos fatos novos registrados pelo povo de terreiro e largamente noticiados nas mídias sociais, recorreremos também a pesquisas antigas e recentes sobre o assunto, além das falas recolhidas de interlocutores em campo, por um dos autores deste texto, durante sua pesquisa de mestrado. Ademais, também faremos considerações teóricas acerca da intolerância e racismo religiosos, tentando aprofundar certas questões já discutidas por nós em outros trabalhos. Focando nas narrativas de afrorreligiosos e de pesquisadores/as, perceberemos as nuances do racismo religioso no cotidiano do terreiro e dos adeptos.

No primeiro tópico dissertaremos sobre a relação que os seguidores das religiões de matrizes africanas (ou afro-brasileiras) tecem com a vizinhança do terreiro e suas estratégias quanto a isso. No segundo tópico fazemos considerações acerca do impacto do racismo religioso no tecido sócio-político, enfatizando a relação entre política, religião e crime. Finalizamos o capítulo reforçando o que precisa ser feito ainda no Brasil para que a escalada

de ódio contra os terreiros seja, minimamente, refreada, para que as instituições sociais se comprometam com a luta antirracista e com o respeito à diversidade religiosa.

Os terreiros e sua relação com a vizinhança

Se os espaços de culto afro-diaspóricos, geralmente conhecidos no Brasil como "terreiro", como afirmou Muniz Sodré em seu clássico livro *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira* (SODRÉ, 1988), podem ser compreendidos como a estratégia das populações africanas escravizadas se reterritorializarem em contexto de expropriação do seu território original, nem sempre esse território sagrado encontra um ambiente receptivo à sua existência[1]. Neste sentido, a fim de aprofundarmos essa forma de manifestação do racismo à brasileira, gostaríamos de retomar uma questão analisada por nós em outro trabalho (RODRIGUES; ARAÚJO, 2022) acerca da relação dos terreiros com o seu entorno, com a vizinhança.

No capítulo *Atualizando a Terceira Lei de Newton: ação e reação nos conflitos entre povo de terreiro e evangélicos fundamentalistas*, discutimos, entre outras coisas, as negociações e parcerias que o povo de terreiro tece com seu entorno. Há casos em que as relações de vizinhança são tranquilas, mas também há relatos de convivência muito tensa (RODRIGUES; ARAÚJO, 2022). Mesmo nos casos em que a relação com o entorno é salutar,isso não exime os povos de terreiro de sofrerem, em algum momento, com o racismo religioso. Nesse sentido, é expressiva a fala do ogã Leno Farias[2], importante militante dos direitos dos povos de terreiro do Ceará, na qual ele afirma o seguinte:

> Nós somos ketu, nossa nação é Ketu, a Mirela também é e você pode falar com ela. Nagô-vodum é o babá Cleudo, que inclusive já sofreu sérios processos de intolerância inclusive de assassinatos de gente da casa dele, por causa de homofobia, intolerância religiosa. Quando ele foi abrir a casa dele fecharam a rua e tocaram fogo num pneu que era para ninguém entrar na rua, para não ir na festa. Angola tem o Filipe Nanburucema que também sofreu processo, lá no Bom Jardim, processo de intolerância e tudo o mais. Tem um problema sério na comunidade dele. Mesmo construindo projeto social que ele dá curso de idioma, de dança e tal. E omolocô a gente pode falar com o Alves, eu posso fazer esse canal ou com a Janja e tem a Dona Madalena, no José Walter. E jeje-nagô a gente pode falar com o Marcelo de Caucaia que cuida dum movimento de terreiro lá e que pode te encaminhar

[1] A esse respeito, Muniz Sodré afirma especificamente o seguinte: "As comunidades litúrgicas conhecidas no Brasil como *terreiros* de culto constituem exemplo notável de suporte territorial para a continuidade da cultura do antigo escravo em face dos estratagemas simbólicos do senhor, daquele que pretende controlar o espaço da cidade. Tanto para os indígenas como para os negros vinculados às antigas cosmologias africanas, a questão do espaço é crucial na sociedade brasileira (ao lado dela, em grau de importância, só se coloca a questão da força, do poder de transformação e realização, que perpetua a dinâmica da vida)". (SODRÉ, 1988, p. 17-18).

[2] Além de importante militante dos direitos dos povos de terreiro do Ceará, o ogã Leno Farias também é historiador, pai, avô, esposo, professor e um bom contador de histórias.

> para várias casas. A gente pode ver a casa da Valéria que responde a um processo judicial. Em relação a terreiro de Umbanda a gente pode falar com a Dona Edna, que o terreiro dela foi incendiado, apedrejadoe depois incendiado. Tem essas casas aí (Diálogo realizado em: 11/07/2019).

Pela fala do ogã é possível perceber o quanto o cotidiano dos terreiros é atravessado por desafios impostos pelo racismo religioso praticado não só por pessoas isoladas, mas também por grupos e coletividades que podem ser tanto uma igreja quanto grupos criminosos,a polícia ou mesmo o Estado. E isso acontece em todo o país, como se pode constatar tanto através das pesquisas existentes sobre o assunto, quanto da imprensa que tem, cada vez mais, denunciado esse tipo de crime.

Muitas vezes é o próprio Estado que, contrariando o que consta na Constituição Brasileira (Artigo 5º), atua de forma a beneficiar religiões hegemônicas e embaraçar o funcionamento de religiões minoritárias. A esse respeito, é muito sugestiva a pesquisa de Emanuel Paiva Palhano, *A liberdade de culto usurpada das religiões afro-ameríndias - faces da intolerância religiosa praticada pelo Estado laico* (2018), ao analisar como o Estado age, através do seu braço armado, de forma truculenta com as religiões afro-ameríndias no Rio Grande do Norte. Não só perseguindo seus seguidores, mas também violando, de forma criminosa, seus lugares de culto e suas liturgias.

No caso do Rio de Janeiro - sobre cujo Estado retornaremos mais adiante -, o mapeamento dos terreiros realizado por uma equipe multidisciplinar, liderada por Denise Pini Rosalem da Fonseca e Sonia Maria Giacomini, da PUC-Rio[3], ao acrescentar uma questão sobre intolerância religiosa no questionário a ser aplicado às comunidades de terreiro[4], expôs as vísceras desse tipo de violência, demonstrando também o papel da vizinhança dos terreiros em termos desse tipo de agressão e violação de direitos. O cotidiano, portanto, é lócus privilegiado para se medir, a nível individual e coletivo, o impacto do racismo religioso na vida dos adeptos de religiões de matrizes africanas no Brasil.

Ao discutir os tipos de violência cotidiana enfrentada pelos povos de terreiro do Rio de Janeiro, por exemplo, no capítulo intitulado *"Intolerância religiosa": discriminação e cerceamento do exercício da liberdade religiosa* (2013, p. 133-157), Sonia Giacomini afirma que das 847 casas de culto que responderam ao questionário, 40 declararam sofrer atos de discriminação (GIACOMINI, 2013, p. 140), das quais a maioria fazia questão de especificar,

[3] Além da PUC-Rio, o mapeamento dos terreiros no Rio contou com o apoio da CNBB, UFBA, SEPPIR/PR, SUPERDIR/RJ, UFRJ, UFF, Conselho Griot e outras entidades e pessoas, conforme consta nos Agradecimentos do livro que apresenta os resultados daquele trabalho.

[4] Sobre os dilemas envolvidos no acréscimo de uma pergunta dessa natureza no questionário destinado a um trabalho de mapeamento dos terreiros, ver a explicação dada pelas próprias coordenadoras da pesquisa no livro *Presença do axé: mapeamento dos terreiros no Rio de Janeiro* (FONSECA; GIACOMINI, 2013), à página 135.

entre outras informações, o local da agressão e a natureza dos agressores. Segundo as respostas ao questionário, 57% das agressões se deram em locais públicos, seja em ruas ou vias públicas. Essas ruas e vias públicas, contudo, não são locais aleatórios, como explica Giacomini:

> Pelo que indicam os relatos, se a rua é um local de forte concentração dos atos de agressão e de discriminação, esses não se distribuem, porém, de maneira homogênea entre as ruas e a cidade. Os cruzamentoscom os endereços das casas religiosas permitem afirmar que as ruas em que ocorreram os atos de agressão e de discriminação encontram-se geralmente muito próximas a uma casa religiosa. De fato, parece haver mesmo uma ordem crescente de incidência dos casos relatados conforme se esteja mais próximo da casa religiosa, que constitui como que um centro em torno do qual estão dispostas as ações relatadas. Dessa forma, a própria rua das casas de culto, assim como as ruas vizinhas (sobretudo as encruzilhadas), mas também a praça e cemitério, avultam como lugares de forte incidência der casos, fazendo desseconjunto composto pela vizinhança espacial imediata da casa religiosa ou terreiro os locais privilegiados das ações agressivas e discriminatórias relatadas (GIACOMINI, 2014, p. 141-142).

Ou seja, é da própria vizinhança que parte a maioria das ações de agressão e discriminação religiosa contra o povo de terreiro. E nesse particular, o que se passa no Rio é o mesmo que sucede em todo o restante do país, como as pesquisas sobre o assunto têm largamente comprovado. No caso da cidade do Rio de Janeiro, especificamente, a situação se torna ainda mais dramática, quando o agressor não é apenas o vizinho, mas aquele que controla o território, como têm feito os chamados "traficantes de Deus" no Complexo do Acari, situação já descrita e explicada tanto por Christina Vital da Cunha, no seu livro *Oraçãode traficante: uma etnografia* (2015), quanto por Viviane Costa – mais recentemente -, no seu livro *Traficantes evangélicos: quem são e a quem servem os novos bandidos de Deus* (2023). Logo voltaremos às situações descritas por essas duas pesquisadoras sobre a realidade atualdo Rio de Janeiro.

Portanto, independentemente de onde estão localizados, os povos de terreiro convivem diuturnamente com diferentes formas de ataques, procedentes de variadas direçõese que fazem da sua existência uma constante luta por afirmação. É como se fosse impossível pensar em algum terreiro que não tenha passado por alguma experiência de racismo religioso. Isso é estrutural e revela a forma mais comum e perversa do funcionamento de uma sociedaderacista (ALMEIDA, 2018). Tendo isso em vista e partindo, novamente, das nossas pesquisas no Ceará, trazemos agora a fala do ebomi Joacilio de Obaluwaiê[5]. Ebomi Joacilio tem casa aberta no município de Maracanaú, região metropolitana de Fortaleza. Há vinte anos atende

[5] Ebomi Joacilio Ximenes é umbandista e candomblecista. Tem casa aberta, é pai, fortalezense, compositor, cordelista e autodidata em Teologia.

várias pessoas que procuram seus serviços espirituais. Umbandista desde 1976, Joacilio se iniciou no Candomblé em 1990. Ele nos diz o seguinte sobre sua relação com a vizinhança:

> O meu terreiro é de Umbanda, mas eu também faço coisas de Candomblé, algumas, porque eu sou feito, tenho orixás assentados lá em casa. Tem o Exu de Nação, tem o Ogum, algumas coisas eu faço e já tenho filhos de santo. A gente tá vendo um terreno no interior para fazer a roça, mas há 15 anos eu tenho lá, [em Maracanaú]. Antes de eu ter aquela casa eu morei de aluguel e atendia lá, mas procurava não me expor muito, como sendo de terreiro, embora já fosse registrado nas Federações. Nunca mudei, há quinze anos estou lá. O meu relacionamento com a vizinhança é bom. Lá tem muitos evangélicos, católicos, mas é um relacionamento bom, é muito respeitoso. Todo mundo me respeita, me considera, mas ninguém frequenta. O interessante é que... quando eu fiz festas, fiz festa em setembro, de Cosme e Damião, tá com uns dois anos que eu não faço a festa. Faço só a oferenda para o orixá. Algumas crianças que frequentam lá vão ea gente faz uma coisa bem simples. Já fiz várias festas. Com muita comida, distribuição de presente. As crianças vêm. Teve uma festa que eu fiz, que eu não sei de onde veio tanta criança. Nunca tinha aparecido tanta criança assim. Todo mundo ficou satisfeito, graças a Deus. A minha festa de Preto Velho é a mais tradicional, em maio. Geralmente eu faço no último domingo de maio. Tem muita fartura decomida e eu sempre dou, reparto com as pessoas do entorno, os vizinhos mais próximos. Bolo, aluá, vatapá... todo mundo recebe de bom grado. Eu acredito que também muitas pessoas não andam lá [no terreiro] justamente pelo preconceito. As pessoas que geralmente andam nessas coisas, gostam de procurar um local mais distante. É tanto que eu recebo gente da cidade de Pacoti, de Palmácia, de outros municípios. Clientes que vem para cá para fazer um trabalho. Justamente por isso: gostam de procurar um local reservado para não serem vistos. Isso eu sei que é só devido ao preconceito mesmo. Porque pensam que as pessoas que andam nessas coisas, julgam, acham que é só para fazer o mal. Aí as pessoas preferem evitar isso (Diálogo realizado em 30/08/2019).

Entre outras coisas, o que ele narrou reforça o que Rodrigues (2020, p. 19) escreveu acerca do duplo pertencimento que percebeu entre os/as interlocutores/as candomblecistas durante sua pesquisa. Além disso, o repartir a comida é importante na construção de uma solidariedade vicinal. Babá Cleudo de Oxum, também em Maracanaú, no Ceará, é um dos interlocutores que investe nas relações locais dessa forma (RODRIGUES; ARAÚJO, 2022). Ao ofertar comida, café, lembrancinhas, festas e outras coisas, o terreiro convida a vizinhança para se aproximar e se constitui como espaço onde as pessoas sabem que serão recebidas, onde terão apoio e ajuda para as mais diversas questões. Essa relação de troca que visa uma reciprocidade não é apenas estratégia, mas manifesta a lógica dos terreiros, na qual tudo se faz com trocas, com dádivas.

Por outro lado, as consequências do racismo e intolerância religiosa aparecem na fala do ebomi quando o mesmo trata do preconceito. Ele tem consciência da demonização que os terreiros sofrem cotidianamente e entende o receio dos clientes quanto à discrição de suas idas ao terreiro. Essa é uma das consequências da violência sistemática do racismo religioso contra as religiões afro-brasileiras: as pessoas se escondem por medo de pré-julgamentos e assim buscam se resguardar do racismo religioso, como se estivessem fazendo algo de errado, clandestino ou criminoso, que não deve ser visto. Mesmo assim, elas continuam procurandoos terreiros, pois precisam de algo que só eles podem oferecer. Nesse sentido, a construção de uma solidariedade vicinal busca também minimizar o impacto do racismo religioso no entorno do terreiro.

De 2019 para cá, muita coisa aconteceu e ebomi Joacilio compartilhou conosco sua atual percepção acerca dos desafios cotidianos enfrentados pelos terreiros:

> Sou umbandista desde 1976. Em 1990 fui iniciado no candomblé de nação ketu, com o saudoso babalorisá Nilton ti Logun Edé. Ser de religião de matriz africana é maravilhoso, porém é doloroso ser demonizado por pessoas de outras religiões. Na minha rua a maioria das pessoas são evangélicas e católicas, mas sempre demonstraram apreço pela minha pessoa, mesmo não frequentando o meu terreiro. Por incrível que possa parecer, alguns me chamam de irmão Joacilio e tem uma que me cumprimenta com "Paz do senhor!". Tenho umgrande amigo evangélico, professor de História e formado em Teologia que me convidou para fazer uma palestra na escola onde ele leciona. Mas nem tudo são flores. Há sete anos atrás, por ocasião do festejo dos Pretos Velhos, apedrejaram a minha casa. O ritual acontecia no quintal, quando a chuva de pedras aconteceu. Graças a babá mi Esú, babá mi Obaluaye e aos guias protetores, ninguém foi atingido. Atualmente, a casa está passando por algumas alterações na parte ritualística, pelo fato de eu ter recebido o meu odu ijé, no Ilê AséAlaketu Oyá Mesan, dirigido pela Yá Mariana ti Yemonjá, filha da saudosa Ialorixá Marta ti Oyá. Sou de matiz africana com muita honra,tenho profundo respeito pela divindade de Cristo e creio no diálogo interreligioso (Diálogo realizado em: 11/09/2023).

Uma chuva de pedras. Imagine o/a leitor/a estar numa celebração religiosa e ser surpreendido/a por uma chuva de pedras, no molde dos apedrejamentos que vemos nas narrativas bíblicas. É isso que o povo de terreiro vive, como possibilidade ou como realidade, todos os dias. Como se vê, o risco e a dor faz parte da experiência social dos adeptos de religiões de matrizes africanas. Nota-se que há evangélicos que têm apreço por Joacilio, que respeitam sua religião, mas outros não. Alianças são possíveis, como um convite para falardas religiões de matrizes africanas numa escola. Porém, seu espaço sagrado e suas liturgias foram violadas com pedras, uma chuva delas, como tantas outras casas de axé nesse país já foram e continuam sendo vitimadas.

Mesmo assim, o ebomi é enfático em afirmar seu interesse no diálogo interreligioso, indicando que o caminho para a superação dessa violência passa por esse diálogo. É justamente esse diálogo que é defendido pelo movimento Koinonia, quando, defende, por exemplo, que:

> É fundamental o respeito ao outro, o respeito à diferença. O primeiro ponto do ecumenismo é esse, não só do candomblé em relação a outras religiões, como também dentro do próprio candomblé, de nação para nação. Deve-se dedicar respeito ao outro, à autonomia do outro, a seus costumes de convivência, às práticas de cada casa, do mesmo jeito com que se respeita quem é católico, evangélico etc. O respeito à diferença é o primeiro passo para o ecumenismo. [...] Porém, quando alguma religião, não só negra, candomblé, de santo, mas católica, cristã, sofrer agressão por outra, que todos se proponham a defender o respeito àquela casa, àquele culto, àquela nação, àquela igreja. (OLIVEIRA, 2007, p. 17).

Ora, se nos fóruns de discussão em busca de caminhos de uma melhor convivência entre as religiões há quase um consenso de que o respeito mútuo é indispensável, no plano das relações sociais mais imediatas isso nem sempre é constatado. O que se vê, na maioria das vezes, são conflitos viscerais que vão muito além de uma disputa típica de um mercado de bens simbólicos. Não se trata apenas de uma disputa por fiéis ou clientes, como durante muitotempo se disse. A disputa é por um ideal de nação, um projeto de poder, um modelo civilizacional. Isso se reflete, por exemplo, na ocupação da política institucional por parte de setores religiosos intolerantes e beligerantes, como se pode constatar na história política mais recente do Brasil.

Ainda nesse contexto, vale lembrar que, muito recentemente, as forças conservadoras religiosas, aversas à diferença, conseguiram, por exemplo, eleger um déspota como JairMessias Bolsonaro, para quem se fazia necessário indicar ministros “terrivelmente evangélicos” para os altos postos do Poder Judiciário. Ameaçou fazer e o fez. Haja vista a atuação dos ministros Nunes Marques e André Mendonça no STF (Supremo Tribunal Federal), desde que ascenderam ao posto, sob indicação do citado presidente. Assim, apolítica institucional e os espaços de poder e decisão terminam se tornando um espaçoestratégico para a imposição de um modelo de cristianismo beligerante e com pretensões teocráticas.

Com o respaldo de instituições tão gabaritadas e de alto poder de persuasão e convencimento, como a polícia, as igrejas e até ministros do STF, é claro que as tensões existentes na base da pirâmide social tendem a se intensificar. Diante desse quadro, é compreensível quando movimentos como o Koinonia reconhece a necessidade de, como

resposta à violência praticada contra o povo de terreiro, responder com "confrontos positivos e inevitáveis". Isso porque, nas palavras de Oliveira:

> A situação de intolerância, na prática do dia-a-dia, muitas vezes eclode em um conflito aberto, em que por vezes ocorrem até agressões físicas. Infelizmente alguns evangélicos querem invadir casas de candomblé, distribuir panfletos e falar do Diabo. Quando se chega a esse ponto, como muitos já testemunharam, não resta alternativa: a única saída é o confronto direto e às vezes violento. (OLIVEIRA, 2007, p. 22).

A resposta, segundo ele, deve ser inversamente proporcional, já que, mesmo sendo o candomblé um exemplo de tolerância e respeito pela diversidade e diferença (OLIVEIRA, 2007, p. 17), nem sempre é tratado com reciprocidade pelas outras expressões religiosas com as quais divide não só os fiéis, mas o mesmo território nacional. Ainda segundo ele:

> Em nome da tolerância, o povo de candomblé não vai à casa, à igreja de ninguém fazer oferenda ou ofender, mas não se pode tolerar a arrogância e a agressão direta. A iniciativa deve ser sempre o diálogo ea busca da lei e do direito, mas nossa postura é a de nos mantermos firmes e não consentir com abusos e arbitrariedades. (OLIVEIRA, 2007, p. 22).

Essa resposta por parte das religiões de matrizes africanas, todavia, se torna cada vez mais difícil já que a intolerância na verdade é uma forma de racismo e, portanto, constitui parte inerente à sociedade brasileira nas suas estruturas mais profundas. É certo que os povos de terreiro têm se articulado de diferentes formas para fazer frente ao racismo religioso que os acomete de forma insistente e feroz (RODRIGUES; ARAÚJO, 2022). Todavia, essa resposta não cabe apenas à vítima. O estado também precisa assumir seu papel. E a educação formal pode se revelar como um caminho seguro, caso se assuma uma educação antirracista, como estratégia de combate a esse tipo de violência. O problema, contudo, é que, muitas vezes, ao invés de ficar do lado da vítima a escola se posiciona justamente do lado do agressor, como denunciamos no nosso livro *Entre ataques e atabaques: intolerância religiosa e racismo nas escolas* (ARAÚJO, 2017) e como também mostraram Rodrigues e Araújo (2022) e Rodrigues (2023).

Sobre intolerância e racismo cotidianos: política, religião e educação

Em seu *O Contrato Social* (2014) Jean-Jacques Rousseau finaliza o livro tratando *Da Religião Civil*. Ao trazer à memória a relação entre política e religião, o filósofo iluminista recorda o quanto que os deuses foram usados nas guerras entre os povos, pois para cada povo havia um deus. É a partir desse contexto que ele traça sua crítica à intolerância religiosa,numa Europa sacudida por séculos de guerras em nome de Deus. No Brasil, a guerra religiosa se dá entre afrorreligiosos e evangélicos fundamentalistas, desde, pelo menos, a segunda

metade do século XX (mesmo que apenas um dos lados esteja sempre em atitude beligerante). Sob a alegação de uma suposta "guerra espiritual" travada entre o bem e o mal, setores religiosos conservadores escondem pretensões que vão além de finalidades meramente religiosas. Por isso, que, como afirmou Rousseau (2014), a intolerância religiosa também é uma intolerância civil e política, pois ambas são inseparáveis.

A pentecostalização do Congresso Nacional, das escolas de educação básica, dos conselhos tutelares, das associações de bairro e até mesmo das facções criminosas, que dominam, em forma de poder paralelo, variados territórios Brasil a fora, como tem acontecido em favelas do Rio de Janeiro, são apenas alguns indicativos do avanço desses setores religiosos nas mais diferentes direções do espaço social. A estranha combinação entre a fé e o fuzil, como bem demonstrou Bruno Paes Manso em livro emblemático que veio à luz em 2023, revela, de forma escandalosa, que uma "República das milícias" (MANSO, 2020) também pode se converter em terreno fértil para essa bizarrice que une crime e religião no Brasil do século XXI.

Difícil é certificar-se se trata apenas de uma reedição de tempos tenebrosos aonde a religião cometia crimes bárbaros em nome de Deus ou se na verdade consiste na inauguração de tempos terríveis, nos quais o crime assume uma religião para impor um macabro modelode sociedade na qual a ideia de conversão assume novos e controversos sentidos. O fato é que,em se tratando de Brasil, quem mais tem se prejudicado com isso são as religiões de matrizes africanas que, entre outras coisas, têm sido submetidas ao opróbrio de ter que abandonar seus espaços sagrados sob a mira de um fuzil, manejado por aqueles que afirmam ser Jesus "o dono do lugar". Uma das formas de interpretarmos esse cenário é usando o conceito de terrorismo religioso, como proposto por Rodrigues (2021).

Cabe, então, questionar: como e a partir de quando esses criminosos se tornaram paladinos do Evangelho, de forma a passarem a oprimir, de forma tão violenta, esses setores já tão vulnerabilizados da sociedade, a quem até pouco tempo consideravam seus irmãos, já que compartilham os mesmos infortúnios da pobreza, desigualdade e discriminação? Osestudos já citados de Cunha (2015) e Costa (2023) nos dão pistas valiosas, ao historicizarem omomento exato no qual imagens de santos católicos e de orixás começaram a ser substituídas por mensagens bíblicas e admoestações evangélicas nas paredes e muros de Acari, no Rio de Janeiro.

A partir dali a situação já se mostrava satisfatoriamente imposta e, talvez, incontornável. O futuro de tudo isso é ainda mais temeroso já que, diante dessa *narco religião* –, como bem a denominou Viviane Costa (2023), não há espaço para quem crê e pratica sua fé

de forma diferente. Há apenas espaço para que o terrorismo religioso se manifeste em sua sanha homicida (Rodrigues, 2021). Muito estranhos esses tempos de simbiose entre a fé e o fuzil. Nem mesmo Rousseau, com seu *O Contrato Social*, ou Jonh Locke, com sua *Carta sobre a Tolerância*, seriam capazes de prever uma realidade tão estranha do lado de baixo do Equador.

Voltando a Rousseau (2014), no texto já citado, este autor comenta sobre os Estados teocráticos afirmando que,

> Do simples fato de colocar-se Deus à frente de cada sociedade política resultou que houve tantos deuses quantos povos. Dois povos estranhos um ao outro, e quase sempre inimigos, não podiam reconhecer um mesmo senhor, tal como dois exércitos em luta não podiam obedecer ao mesmo chefe. Assim, das divisões nacionais resultou o politeísmo,e daí a intolerância teológica e civil que naturalmente é a mesma, como será dito adiante. [...] Se me perguntarem por que no paganismo,em que cada Estado tinha seu culto e seus deuses, não havia guerras de religião, responderei que é exatamente porque cada Estado, tendo seu culto próprio assim como seu governo, não distinguia seus deuses de suas leis. A guerra política era também teológica: as províncias dos deuses eram, por assim dizer, fixadas pelos limites das nações. O deus de um povo não tinha direito algum sobre os outros povos. Os deuses dos pagãos não eram deuses ciumentos; eles partilhavam entre si o império do mundo (ROUSSEAU, 2014, p. 140-141).

E o autor prossegue sugerindo que no politeísmo, há uma igualdade ontológica entre povos e deuses. No monoteísmo, por oposição, podemos dizer que seria o contrário: não há igualdade ontológica entre deuses e seus respectivos povos. Se atentarmos para o quadro de racismo religioso contra as religiões de matrizes africanas no Brasil, podemos perceber facilmente que na lógica fundamentalista cristã, não há igualdade entre a religião do colonizador e a do colonizado. Ataca-se os orixás, os voduns e os inquices e ataca-se ao mesmo tempo os povos que os cultuam. Na lógica racista religiosa, o deus cristão é ciumentoe além disso tem o direito sobre outros povos, corpos, mentes e territórios.

A análise política de Rousseau é enfática sobre o tema da intolerância religiosa. Mesmo tratando de contextos diferentes, o que ele escreveu no século XVIII, serve para iluminar as relações entre afrorreligiosos e evangélicos fundamentalistas no Brasil atual. A questão não é só religiosa, é também política, pois atinge os direitos dos afrorreligiosos enquanto cidadãos do Estado brasileiro. A intolerância religiosa é a sobreposição do aspecto religioso sobre o aspecto civil, com fins teocráticos, como explica o próprio Rousseau (2014):

> Em minha opinião, enganam-se os que distinguem a intolerância civil e a intolerância religiosa. Essas duas intolerâncias são inseparáveis. É impossível viver em paz com pessoas que acreditamos condenadas;

> amá-las seria odiar a Deus, que as pune; é preciso absolutamente que sejam convertidas ou martirizadas. Em toda parte onde a intolerância teológica é aceita, é impossível que ela não tenha algum efeito civil; e, tão logo o tiver, o Soberano não é mais Soberano, mesmo no mundo temporal: os sacerdotes são os verdadeiros senhores, sendo os reis apenas funcionários. Agora que não há mais nem pode mais haver religião nacional exclusiva, devem-se tolerar todas aquelas que toleram as outras, contanto que seus dogmas nada tenham de contrário aos deveres do cidadão. Mas todo aquele que ousa dizer "Fora da Igreja não há salvação", deve ser expulso do Estado, a menos que o Estado seja a Igreja e o Príncipe seja o Pontífice. Tal dogma só é bom num governo teocrático. Em qualquer outro é pernicioso (ROUSSEAU, 2014, p. 150-151).

Essas palavras definem tão bem o racismo religioso evangélico no Brasil que nos espantam. Realmente, ambas as intolerâncias são indissociáveis. De um lado, os afrorreligiosos são demonizados, rebaixados ontologicamente por cultuar certos deuses ou entidades, e por outro, isso enseja que os mesmos sejam vistos como menos cidadãos, como quem tem menos direito de usufruir o espaço público e praticar a sua fé. Como se isso não bastasse, a sanha racista invade até o espaço privado dessas pessoas, violando direitos humanos básicos e fundamentais. Afinal, precisam ser martirizados em nome de Jesus, convertidos para que deixem suas vidas tidas como equivocadas, condenadas por um Deus que não cultuam. Ora, no Brasil o "príncipe" não é um pontífice, mas o povo, o soberano, a comunidade civil e isso deveria bastar para barrar a intolerância sistemática.

Dessa forma, o racismo religioso tem consequências políticas para a unidade social, para a defesa do Estado Democrático de Direito. Viola a dignidade dos afrorreligiosos enquanto cidadãos e enquanto indivíduos. Viola a soberania do povo, a vontade geral, o contrato social de mútuo respeito e defesa dos direitos individuais e coletivos. As lideranças evangélicas fundamentalistas que propagam o racismo religioso e o ódio, se comportam comose fossem os verdadeiros senhores da nação, corroendo as relações sociais com seu ódio e preconceito. Quando o Estado não age efetivamente no combate ao racismo religioso, os racistas se tornam os governantes e o Estado se converte em seu subordinado. Por isso que o avanço do fundamentalismo cristão na política e no crime organizado é preocupante, porque éum projeto de poder, algo que visa subverter a ordem civil, objetivando impor normasteocráticas. É basicamente isso que a leitura de Rousseau (2014) nos sugere. E é exatamente isso que temos visto acontecer no país afora.

No seu já citado livro, *A fé e o fuzil: crime e religião no Brasil do século XXI*, Bruno Paes Manso nos explica como se deu essa convergência entre crime e fé que representa tanto o produto quanto o produtor do racismo e da intolerância religiosa existentes na sociedade brasileira mais abrangente. Nas suas palavras:

> Tanto as teologias da prosperidade como as facções, que se tornavam governos do crime, viabilizavam a construção dessas redes e ajudavam a pavimentar o caminho para o empreendedorismo e para o enriquecimento. Restava aos governos, mais do que implementar políticas públicas para reduzir a desigualdade, flexibilizar as regras para que todos pudessem faturar. E quanto à determinação individual, ninguém melhor para acender a chama da vontade pessoal do que as igrejas. O crime, por sua vez, apontou a direção para ampliar lucros e reduzir riscos, e nesse contexto, quanto maior a capacidade de ganhar e acumular dinheiro, maior a influência política. (MANSO, 2023, p. 259-260).

Ou seja, a ganância por lucros também está na base do alastramento da violência que vai se materializar nessa estranha combinação entre crime e fé. Por essa, nem Max Weber esperava, ao escrever seu clássico *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Sim, o racismo religioso – independente da forma que assume – também é subproduto de um capitalismo selvagem que perpassa a ação de governos, igrejas e crime organizado. Na base da pirâmide estão sempre aqueles que mais sofrem com tudo isso e ainda levam a pecha de diabo. Essa é a realidade: enquanto acusam os afrorreligiosos de serem a causa dos males que atingem o mundo, as igrejas andam de aliança com o crime.

Como, então, combater tantas formas de violência que estão de forma tão visceral imbricadas nas mais diferentes camadas da sociedade? Da nossa parte, ainda somos românticos o suficiente para acreditar que nessa desconstrução e reconstrução constante a educação formal e informal pode ter um papel fundamental. E aqui estamos tomando a educação como um fenômeno muito mais amplo do que aquele abrangido pela educação formal, constituída pelas redes de escolas e universidades, por exemplo. Acreditamos que a educação também passa pelo exercício da cidadania da qual todo indivíduo também é portador.

Acreditamos que, além de quaisquer estratégias que possamos traçar para combater todas as formas de racismo (entre elas o racismo religioso), também defendemos que discursos teocráticos devem ser desencorajados, rechaçados e combatidos, já que são meio caminho para formas mais violentas de discriminação. A laicidade de um Estado e de uma sociedade se faz lentamente, com pequenos avanços e de forma conjunta. Nem tudo se resolveda noite pro dia. E aquilo que está profundamente arraigado nas consciências das pessoas nemsempre se resolve apenas com política pública e/ou institucional, apesar de elas serem, fundamentais e indispensáveis, principalmente quando se vive num Estado Democrático de Direito. Todavia, há uma responsabilidade dos indivíduos e das instituições (como igrejas, famílias, ONGs, associações, movimento sociais, etc.) que não se pode negligenciar.

A partir de uma pesquisa qualitativa realizada em sala de aula, em 2018, Rodrigues e Silva (2022) avaliaram, entre outras coisas, no capítulo de livro *A demanda e o horizonte negro: livros didáticos e representações discentes sobre as culturas afro-brasileira e africana* o conhecimento que determinados alunos da educação básica (6° a 9° ano do Fundamental II) possuíam, à época da pesquisa, sobre cultura afro-brasileira e africana. Houve surpresas positivas e negativas, mas ambas demonstraram o quanto ainda se tem que avançar nadiscussão sobre a cultura afro-brasileira dentro das escolas. Exemplar nesse sentido é o que escrevem no seguinte trecho do capítulo:

> O antropólogo Patrício Carneiro Araújo (2017) aponta-nos que a escola se tornou, ao longo do tempo, um não-lugar do negro, da sua cultura, história, valores e religião e, levando-se em consideração justamente essa perpetuação de um "não-lugar", é que a escola precisavir a ser um lugar do negro, da presença dele em seus mais variados aspectos culturais. A Lei nº 10.639/03 evidenciou, de certo modo, essecaráter excludente e racista da escola, visto que, se a escola fosse um lugar de presença da negritude não haveria necessidade de leis para forçá-la a se tornar esse lugar da presença negra. Os séculos de formação católica do nosso país não permitiram a entrada da cosmovisão negra nas escolas – aliás, nem isso ou nada que a representasse – visto que o discurso católico foi utilizado para justificar a escravização tanto dos índios quanto dos negros (Rodrigues; Silva, 2022, p. 68).

Para além da análise de conteúdo de livros didáticos sobre o assunto que os autores fizeram, os autores do referido capítulo indagaram aos seus alunos e pediram que anotassem as respostas num papel: 1 – O que é a África? Um país, uma cidade, uma região? 2 – Qual a primeira coisa que lhe vem à mente quando ouve falar o nome África? 3 – O que você sabe ou já ouviu falar do continente africano? 4 – Você gostaria de visitar esse lugar? Por quê? Ou gostaria de morar lá? Por quê? 5 – O que esse lugar tem a ver com o Brasil e sua história? 6 – Esse lugar é importante para a humanidade? Por quê? 7 – Você conhece ou já ouviu falar de algum lugar ou personagem - fictício ou não - africano? 8 – Devemos conhecer mais esse lugar? Por quê? 9 – O que você sabe sobre o movimento negro? 10 – O que você sabe sobre a Umbanda? E sobre o Candomblé?

Como já colocado, algumas respostas surpreenderam positivamente, outras nem tanto, confirmando, aos olhos dos pesquisadores, velhos preconceitos e silenciamentos quanto à cultura negra. As respostas são bem significativas:

> 1ª questão: O que é a África? Um país, uma cidade, uma região, um bairro, um oceano? Respostas: país ou cidade. A maioria dos discentes responderam isso, entretanto, houve aqueles que apontaram a África como continente mesmo. Houve um certo equilíbrio numérico entre os que responderam "país" e os que responderam "continente".

> • 2ª questão: O que vêm à sua mente quando ouve falar o nome África? Respostas: fome, guerras, violência, dificuldades, sofrimento, pobreza ou doenças.
> • 3ª questão: O que você sabe ou já ouviu falar do continente africano? Respostas: lá há muitas pessoas que passam fome, que sofrem, que têm sede, que são muito pobres e doentes; tem muitos animais, riquezas minerais; os escravos vieram de lá.
> As questões 2 e 3 se relacionam muito a partir de suas respostas. Notamos que alguns alunos prontamente relacionaram África à escravidão e às suas riquezas naturais. A maioria pensa numa lógica na qual o que é natural lá é bom, mas o que é humano, na África, é ruim (Rodrigues; Silva, 2022, p. 71).

A ignorância quanto a informações básicas da geografia africana não é por acaso. As considerações tendenciosas sobre as misérias e dificuldades sociopolíticas da África são fruto de narrativas viciadas, que a veem com pessimismo e espírito de caridade.

Em se tratando de religiões de matrizes africanas, as respostas dos estudantes também são emblemáticas, tendo apontado o seguinte:

> 9ª questão: O que você sabe sobre o movimento negro? Respostas: nada; não sei; foi um movimento contra os preconceitos, contra o racismo; várias pessoas negras lutando pelos seus direitos, seus objetivos, por igualdade; já ouvi falar. A maioria esmagadora nunca ouviu falar ou não sabe o que é o movimento negro e alguns alunos até manifestaram o interesse em estudar sobre o tema.
> • 10ª questão: O que você sabe sobre a Umbanda? E sobre o Candomblé? Respostas: nada; não sei; nunca ouvi falar; macumba; são religiões da África; são religiões afro-brasileiras, trazidas pelos escravos.
> Nessa questão as respostas ficaram um pouco mais equilibradas, pois os que disseram que não sabiam de nada estavam em quantidade igual a dos que identificaram a Umbanda e o Candomblé como sendo duas religiões de matrizes africanas (apesar de não saberem exatamente no que elas consistem e quais são suas características). Alguns responderam "macumba", mas é preciso dizer que o termo macumba tem sentido positivo e negativo.
> De uma forma geral, as respostas dos alunos às perguntas confirmaram uma das inquietações geradoras desse questionário: avisão da pobreza, de violência e de fome que, de forma recorrente, as pessoas relacionam à África. Essa visão estigmatizada e os questionamentos a ela foram o mote para essa experiência de pesquisa no âmbito escolar. Esses questionamentos foram estimulados apósvivências cotidianas, onde de maneira recorrente ouvem-se frases como: "*Gostaria de ajudar as crianças da África que passam fome, que são doentes...*" ou "*Não estrague comida porque têm crianças passando fome na África...*" (RODRIGUES; SILVA, 2022, p. 73).

Ou seja, ao serem interrogados sobre a herança cultural-religiosa africana no seu país, os alunos demonstraram ter o básico do básico de informações, mas nada além disso. Mas, insistimos em questionar, sabendo da importância dos povos Africanos e suas culturas

na construção do Brasil, devemos nos contentar com esse conhecimento básico do básico? Cremos que não. Rodrigues e Silva (2022) não exploraram as respostas dos alunos a essas perguntas em seu capítulo, mas no geral as respostas são o retrato de um Brasil que desconhece as Áfricas que o habita; que ignora a cultura negra (música, vocabulário, comida, religião, etc.) que o faz ser o que se é; que desconhece os quilombos que foram constantes na história do país e que rechaça as religiões marginalizadas que eram e são alternativas de vivência da fé, frente à hegemonia cristã. Concluímos, então, que os alunos que responderam àquela pesquisa apenas devolveram em forma de resposta o que a sociedade lhes ensinou, e isso incluía as escolas, ou o que a mesma deixou de lhes ensinar.

Todavia, é preciso entender que o racismo religioso também se manifesta nas escolas e que se a educação formal básica não se propõe a ser, no mínimo, antirracista e pró-diversidade religiosa, ela estará fadada a reproduzir os vícios intolerantes de nossa sociedade. Como qualquer outra instituição social, a universidade e a escola também reproduzem o racismo de forma estrutural. Assim, entendemos que transformar a educação, sobretudo a partir de leis que já existem, como a 10.639/2003 e a 11.645/2008, ajuda no papelque a mesma pode ter no combate ao racismo religioso e seus efeitos, pois se ela não agir dessa forma, continuará reproduzindo o racismo religioso. É preciso refundar, lentamente, cada instituição social que compõe o estado brasileiro. O caminho é longo e árduo, mas necessário.

Considerações finais

O fundamentalismo religioso beligerante, como se tem visto no Brasil atualmente, põe em risco, no campo político, a preciosa distinção entre o espaço público e privado. Já no campo social, esse mesmo fundamentalismo abre as portas para o racismo religioso que, por sua vez, impõe uma classificação equivocada, injusta e cruel das crenças e práticas religiosas. Longe de ser assunto restrito às igrejas, como muitas vezes se alega sob o argumento de objeção de consciência, esse mesmo racismo religioso assume forma de política, já que seus agentes estão em todos os espaços decisórios.

A estranha associação entre fé e ódio, como se tem percebido nos discursos de certos tipos de parlamentares religiosos e nas práticas do crime organizado no Brasil, inaugura tempos ainda mais difíceis para aqueles e aquelas que acreditam e praticam sua fé de forma diferente. Um novo – e talvez mais terrível – Leviatã se ergue das profundezas mais recônditas de uma sociedade deteriorada, para infernizar aqueles a quem chama de demônios. O racismo se converte, então, em apoio para a escalada da violência simbólica, concreta e cotidiana da qual os povos de terreiro secularmente tentam se desviar. Mas, fugir para onde?

Que instituição poderá servir de refúgio, quando quase tudo parece estar dominado pelo ódio e pelo racismo religioso?

Parlamentares fanáticos vociferam, da tribuna do Congresso Nacional, o anátema contra aqueles a quem julgam ser a origem de todos os males do mundo. Um padre reacionário fala diante de multidões rodeadas de câmeras que Exú é o diabo. Um candidato à presidência da República é ovacionado após falar, do palco do Clube Hebraica, que "[...] quilombola não serve nem pra procriar". Enquanto isso, crianças de candomblé são apedrejadas na rua, ao saírem de roupa branca de um templo religioso de culto aos orixás. Em outro ponto da cidade, outro garoto é barrado na porta da escola, impedido de frequentar aula
– direito assegurado pela Constituição Federal – simplesmente por estar portando roupabranca, fios de contas ao pescoço e boné branco para cobrir a cabeça. Distopia mais bizarra não se pode imaginar. Diante de tudo isso, que caminho seguro pode nos levar a um mundo mais justo e menos racista?

Defendemos, portanto, uma ação conjunta do Estado, da sociedade civil, das instituições, das pessoas e das religiões no combate ao racismo religioso que tem corroído o tecido social no Brasil, gerando violência e dor. Se o crime e o racismo religioso se aliaram, que as pessoas e religiões se unam também com o objetivo de combater o avanço do fundamentalismo religioso. A combinação entre fé cega e faca amolada não pode resultar em outra coisa a não ser em violência e sofrimento. Paira, portanto, sobre a sociedade uma responsabilidade urgente: mostrar – mais uma vez – que vivemos numa democracia e que o direito à liberdade de crença e pensamento são direitos assegurados pelo Artigo 5º da Constituição em vigor. Nesse particular, urge repensarmos a atuação das escolas e das universidades na manutenção ou contestação da realidade existente.

Não se trata de culpar a escola pelas mazelas da sociedade que corrompem a boa convivência entre as pessoas. Também não se trata de jogar no seu colo toda a responsabilidade pelas transformações sociais e culturais que tanto almejamos. Trata-se tão somente de convidá-la a assumir seu real papel na formação de um mundo mais justo e equitativo. Afinal, também é nos seus quadros que se definem quais são os valores significativos de uma sociedade, ao ponto de serem inculcados e passados adiante através das formas ritualizadas de ensinar e educar. O que se tem ensinando nas nossas escolas? O que temos inculcado nas novas gerações? Qual tem sido nossa participação na construção ou desconstrução das formas de violência com as quais convivemos? Como diz a sabedoria popular: "não custa perguntar", já que para perguntar "nem se paga e nem dói". A violência que enfrentamos no dia-a-dia, essa sim, tanto dói quanto se paga.

Bibliografia

ARAÚJO, Patrício Carneiro. **Entre ataques e atabaques**: intolerância religiosa e racismo nas escolas. São Paulo: Arché Editora, 2017. 300p.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Coleção Feminismo Plurais. Coordenação: Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

COSTA, Viviane. **Traficantes evangélicos**: quem são e a quem servem os novos bandidos de Deus. 1. ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2023. 192p.

FONSECA, Denise Pini Rosalem; GIACOMINI, Sonia Maria. **Presença do axé**: mapeando terreiros no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2013. 184p.

MANSO, Bruno Paes. **A fé e o fuzil**: crime e religião no Brasil do século XXI. I. ed. São Paulo: Todavia, 2023.

OLIVEIRA, Rafael Soares de. **Candomblé**: diálogos fraternos para superar a intolerância religiosa. 2ª ed. rev. e ampl. Rafael Soares de Oliveira (Org). Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2007. 180p.

RODRIGUES, Ozaias da Silva. **A força dos que resistem e a sanha dos que atacam: um debate sobre racismo religioso, intolerância e religiões de matrizes africanas**. Andradina: Meraki, 2023.

RODRIGUES, Ozaias da Silva; ARAÚJO, Patrício Carneiro. Atualizando a Terceira Lei de Newton: ação e reação nos conflitos entre povo de terreiro e evangélicos fundamentalistas. Em: RODRIGUES, Ozaias da Silva; ARAÚJO, Patrício Carneiro (org.). **Racismos, intolerâncias e ativismos**. Foz do Iguaçu: CLAEC e-books, 2022.

RODRIGUES, Ozaias da Silva; SILVA, Débora Linhares da. A demanda e o horizonte negro: livros didáticos e representações discentes sobre as culturas afro-brasileira e africana. Em: REIS, Marcus Vinicius de Freitas; VERGNE, Sandra Aparecida Gurgel; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo (orgs). **Narrativas ao som de tambores e silêncios**. Coleção Estudos de Religião 08. Rio Branco: NEPAN editora, 2022.

RODRIGUES, Ozaias da Silva. O Candomblé sob a mira do racismo e terrorismo religiosos: categorias e identidades reinventadas. *Revista Docência e Cibercultura*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, maio/agosto de 2021, p. 51-72.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Apresentação: João Carlos Brum. Tradução: Paulo Neves. Porto Alegre, RS: L&PM, 2014.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes Editora, 1988.

VITAL DA CUNHA, Christina. **Oração de traficante**: uma etnografia. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. 432p.

3.1.3. Batuque, a ancestralidade que acolhe

A religião única no Rio Grande do Sul conhecida por acolher seus filhos e consulentes também é vítima de denúncias de intolerância religiosa no estado.

Por Marianna de Azevêdo e Natália Piva

Segundo o censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há mais praticantes das religiões de matriz africana no Rio Grande do Sul do que nos estados da Bahia e Rio de Janeiro. O Batuque é uma das ramificações das religiõesde matriz africana que foram trazidas para a Região Sul do Brasil junto com os escravos, representando a ancestralidade e parte da história do Rio Grande do Sul. Apesar de nem todos os gaúchos serem praticantes, existiam cerca de 60 mil terreiros espalhados por todo estado, de acordo com o IBGE.

A partir das entrevistas realizadas para esta reportagem, é possível entender como o Batuque contribui para a identidade cultural riograndense, que, segundo o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, é o quinto estado com mais denúncias de intolerância religiosa no país. Jovani Scherer, pesquisador da história da religião, explica que para entender a relevância do Batuque para o estado, é necessário compreender que o Rio Grande do Sul, não é apenas um estado eurobrasileiro mas sim a mais evidente perseverança de uma organização ligada a cultos, e uma cultura de várias origens africanas dentro de sua formação. Além disso, ele explica que a identidade que é expressada através do Batuque é importante para que o povo consiga entender e compreender a diversidade cultural que forma o estadodos gaúchos, das raízes profundas que temos com o continente africano e especialmente com os povos da costa ocidental como o Congo, Angola, Benin e até da Nigéria.

A identidade Batuqueira e as tradições de origem africana que são manifestas dentro do Batuque são importantes para perceber a diversidade cultural que forma o Rio Grande do Sul e a origem dessa manifestação antiga, que como o Jovani diz, é a semente. Além da questão histórico-cultural, também é possível entender a contribuição da religião para o estadode mais algumas maneiras como a questão econômica, social, a contribuição espiritual que eledá para seus praticantes e não praticantes. Como elucidado pelo Presidente da Associação das Religiões AfroBrasileiras, muitas vezes o Babalorixá, Yalorixá ou diligente espiritual acaba

sendo um psicólogo para os consulentes, dando conforto e acolhimento em um momento de necessidade.

O Dr. José Antônio Salvador, presidente da AfroBras, esclarece que é difícil chegar num denominador comum, pois a Nação do Batuque movimenta bem o comércio e a economia através da venda de roupas, animais, velas, comidas, dentre outros itens que são utilizados dentro das religiões de matriz africana.

A questão social também é muito forte dentro dos terreiros, ‘’Daqui um pouco um adolescente que tá indo para uma festa, deixa de ir pra festa porque ele tem uma obrigação religiosa. Que é o momento de preceito, momento em que gente não pode participar de alguns lugares públicos com bebida alcoólica, e coisa parecida. Então tira essa pessoa de algum evento danoso. O Batuque contribui de todas as formas possíveis, imagináveis e inimagináveis’’ diz, José Salvador.

Dentre diversos pontos ouvidos por pesquisadores, praticantes religiosos e dirigentes espirituais, o principal ponto é a questão social, todo suporte e acolhimento que o Batuque dá a seus praticantes. Jeferson Sabino, pesquisador da área também disserta a respeito explicando que a mais importante contribuição é a diversidade cultural que a Nação dá para o Sul, que embora algumas narrativas tenham a tentativa de homogenizar há uma diversidade imensa e que isso é muito importante principalmente para o povo negro que tras o Batuque como uma fonte de força e resistência diante tudo que já lhe foi imposto.

Rayane Schumacker, dirigente espiritual do Reino de Sobaro, é iniciada na Nação Cabinda desde seus 14 anos e hoje vive para a religião. Mãe Ray, como é conhecida no meio Batuqueirístico, diz que a religiosidade faz com que a gente viva com uma visão mais positiva do mundo, e segundo ela muitas histórias de vida difíceis acabam indo para o Batuque, que as acolhe sem querer mudá-las. Rayane diz que a influência da região africana é importante, para que a pessoa se sinta aceita.‘’É a religião do gay, pobre, do preto. O Batuque é a religião do escravizado, é a que aceita as pessoas com suas diferenças, sem querer mudar ninguém’’, conta a Yalorixá.

Além de sua contribuição histórica, social, econômica e dentre algumas outras, um forte ponto é que religião também tem muito a ensinar a pessoas que não são praticantes, e como principal foco é o respeito e cuidado com a natureza. Tudo que religião tem a ensinar é cultural, é a força da raiz religiosa, a resistência negra, que como dito pela pesquisadora e socióloga Nina Fola, em entrevista a Sextante, existem muitas pessoas brancas na matriz

religiosa e nem por isso elas são impedidas de sofrer racismo religioso e de passar por situações que eram comuns apenas para pessoas pretas.

O que é o Batuque?

Entendendo toda sua contribuição para o Rio Grande do Sul, é importante saber o que de fato é a religião. O Batuque, como é popularmente chamado no estado gaúcho, conhecido também como Nação, é a vertente religiosa crescente que contém mais características dos cultos da cultura africana. Ele faz parte de três principais linhas: Umbanda, Quimbanda e a Nação. Dentro do Batuque são cultuados 12 orixás, sendo eles: Bará, Ogum, Yansã, Xangô, Ibejis, Odé e Otim, Obá, Ossanha, Xapanã, Oxum Iemanjá e Oxalá. Dentro do Batuque também há separações realizadas dentro da Nação, contendo elas nomes de regiões africanas:

Oyó, Jeje, Ijexá, Nagô e Cabinda.

Segundo Jovani, o Batuque é uma religião baseada no culto aos orixás que contém tradições africanas em sua expressão, a religião é fruto de uma formação, já que nem sempre ele existiu da maneira como é hoje.

O pesquisador disserta a respeito da tese em que vem trabalhando “O que defendo, seria a presença demográfica das populações que a gente chama genericamente de Iorubá ou Nagô, que chegaram no Rio Grande do Sul, em torno de 1830, mais ou menos no mesmo contexto do levante dos malês na Bahia.

A partir de 1835 começa a ter um peso maior essa aculturação no estado, sobretudo nos centros urbanos, como Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, essa população de origem Iorubá começaria ali a ganhar uma importância muito grande dentro do contexto africano e afro-brasileiro, eles tinham uma importância muito grande nesses centros’’. De uma forma mais simples, é possível ver o Batuque como a fé dos fiéis, ele representa além da fé para os Batuqueiros todo apoio espiritual e emocional que um praticante pode ter.

O Batuque e a ancestralidade!

Quando fazemos menção aos gaúchos é comum que as pessoas façam referência a alemães, italianos, poloneses e outros povos europeus que também estão ligados a história rio-grandense, com tudo esta referência homogeniza a cultura do Rio Grande do Sul deixando de lado contribuição feitas pelo povo negro, sejam culturais ou econômicas e religiosas.

Baseado no artigo "O Batuque como Símbolo de Resistência do Povo Negro no Sul do Brasil", podemos compreender que a Nação do Batuque está diretamente ligada a história

do povo negro no Rio Grande do Sul, sendo uma de suas principais representações. Levando em consideração sua origem, ele surge em meio a um cenário de escravidão no país, assim se tornando uma das formas de expressão e resistência do povo negro no extremo Sul. Pode-se dizer que a colonização europeia apagou parte da história que pertencia ao povo negro e por consequência sua identidade.

Joelma Santos é iniciada no Candomblé desde seus cinco anos de idade, e além disso se tornou mãe de santo recentemente, depois de se mudar para o Sul do Brasil. Em comparação as vertentes ela diz que, “O Batuque, a religião de matriz africana aqui tem uma importância enorme no estado, porque ela tem uma cultura própria, ela tem algo que se tu vai pra outros estados fora do RS tu não consegue ver, o que tu vê é que o gaúcho conseguiu fazercom que a religião fosse única aqui, nas vestimentas também’’.

O Batuque é o símbolo da grande diversidade cultural presente no Sul, ele abrange algumas influências locais determinando que alguns orixás se alimentam de pratos típicos, como polenta, mieró e churrasco. Além das influências gastronômicas também há influência nas vestimentas como por exemplo o uso da bombacha. “É a comida, as roupas já que o estilo da roupa do estado é próprio, as roupas pros orixás, para os exus, e pombagiras, são uma cultura própria, a comida que é feita para os orixás também é própria, a dança, a música, a espiritualidade em si e isso é muito fundamental para se ter um estado que valoriza a religião de matriz africana, porque a gente sabe que tem um preconceito e que infelizmente hoje emdia não mudou muito, somos vítima de muito preconceito’’, diz Joelma.

No estado é comum encontrar a presença de despachos e lojas de artigos religiosos, o que facilita a popularização da religião trazendo mais visibilidade para a resistência do povo negro, contudo, também é um ponto de crescimento da intolerância religiosa já que o desconhecimento das práticas faz com que o Batuque seja criticado, e por muitas vezes demonizado pelo desconhecimento dos preconceituosos, já que a religião não cultua tais seres.

Este preconceito está extremamente ligado a casos de cunho racial, já que o Batuque é a religião do povo negro gaúcho, a identidade gaúcha é o Batuque. Infelizmente esse preconceito não é algo interno do estado, a visão que se tem de fora por muitas vezes pode ser negativa, como explicado pela mãe Joelma, “Este preconceito também há fora daqui, das pessoas de fora do estado que não conhecem, não como a gente que conhece, participa, que é do meio da religião. Elas criticam, o meio de vestir, como são feitos os axés, as cores usadas, sem entender o fundamento, que é algo que foi criado, adaptado e que se transformou em algo original do RS, ele não copiou o candomblé, ele fez algo diferente’’.

A ancestralidade africana carregou consigo toda a herança cultural que o povogaúcho tem hoje, trazendo sua religião, costumes e a resistência. Estes pontos são muito debatidos dentro dos terreiros para que essa herança não se perca, por conta disso muitos pais de santo carregam os ensinamentos passando para seus filhos, como a mãe Joelma fazvalorizando a luta, o legado e a herança. “Os nossos tataravós, eles lutaram para hoje a gente ter a nossa casa, o nosso terreiro aberto e cultuar os nossos orixás. Inclusive quando eu sento os meus filhos para falar sobre o fundamento da religião, a gente sempre fala que houve uma luta lá atrás pra gente ter a nossa herança cultural hoje’’, explica ela.

“A gente tem que ter a noção de tudo o que os nossos ancestrais passaram e que trouxeram, nos dando a oportunidade de conhecer a nossa cultura e saber defendê-la com unhas e dentes do que for preciso, principalmente do preconceito religioso”, fala Joelma.

Desmistificando Tabus

É uma crença popular que tudo que as pessoas desconhecem atrai medo e por consequência uma visão pejorativa. José Salvador, presidente da AfroBras, relata que gostaria que as pessoas tivessem mais atenção com a religião, que vissem o Batuque como elerealmente é, e não como dizem que ele é. “Eu gostaria que terminasse essa questão de sermos os demônios. Nós não somos comedores de criancinha, nós sacralizamos os animais. Nós usamos o sangue, comemos a carne, usamos o coro e tudo, e nós somos os demônios? Quem não come carne aqui no RS? Uma parcela muito pequena que são os veganos e vegetarianos,o restante da população é extremamente carnívora. E como é que se sacrifica um animal? Nós sacralizamos e comemos ainda. Quando nós não comemos toda carne que às vezes é muita carne pro momento, nós doamos, a gente vai na vila para doar, então tem o serviço social também”, explica ele.

A sacralização é o ritual que envolve ‘’o sacrifício’’ animal, porém é conhecido como sacralização pois não há desperdícios no processo nem sofrimento para o animal. A lei estadual 12.131/2004, e o decreto nº 43.252, regulamentam as práticas religiosas buscando proteger os praticantes e os animais. Segundo a lei, é permitido que as sacralizações sejam feitas desde que não sejam utilizados recursos de crueldade para sua morte e que sejam destinados à alimentação humana. Do ponto de vista religioso a sacralização faz parte dos fundamentos “Batuqueirísticos”, sendo a alimentação de seus orixás para que assim eles possam proteger e passar esta força para seus filhos.

Em relação aos Babalorixás e Yalorixás também há uma contribuição particular deles, com a religião e o povo de fora, “como tenho experiência do candomblé do Batuque

consigo entender uma visão diferente. Como funciona, o porquê da diferença e de cada individualidade, então como eu consigo entender melhor, eu consigo explicar isso. Consigo explicar no meu canal, consigo explicar no meu Instagram, no meu TikTok. Eu faço questão de postar, quando tem gira, quando tem xiré. Eu faço questão de filmar, deixar alguém responsável pela filmagem, para divulgar para as pessoas passarem entender que o Batuque que ele tem um fundamento, uma origem, que ele tem herança afro, coisa que muita gente nãosabe e acha que os orixás são exclusividade do candomblé", conta Joelma.

Embora o estado dos gaúchos seja o quinto estado com maior denúncias de intolerância religiosa, o Batuque se mantém sendo a religião que representa o acolhimento, a força e a resistência. Em meio a todas as dificuldades do preconceito enfrentadas pelas religiões de matriz africana, ele não pode apagar parte da história do Rio Grande do Sul e do povo negro.

Referências:

Leis Estaduais do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs>. Acesso em: 16 jun. 2023.

ORO, A. O atual campo afro-religioso gaúcho The contemporani Afro-American religion field in Rio Grande do Sul. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/99NDhJFX9dC5xFs4vcxJsMz/?lang=pt&format=pd >. Acesso em: 16 jun. 2023.

COSTA, M. G. Descubra mais sobre as religiões de matriz africana no RS. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sextante/respeita-o-meu-orixa/>. Acesso em: 16 jun. 2023.

SIQUEIRA DE MORAES, L. O Batuque de Porto Alegre como patrimônio cultural afro-brasileiro (1982-2018). Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/217572/001121732.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 jun. 2023.

DIAS DA SILVA, R. O Batuque como Símbolo de Resistência do Povo Negro no Sul do Brasil. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/desfazendo-genero/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV168_MD_SA_ID_17122021133735.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023

4. Yemaá e Osùm

Quanbo as águas nos dão ca i>ho

“Quando o chão falta
As águas que acolhem
Ora conduzem como rio perene
Ora como cascata
Água que corre transmuta e fura pedra”

Juliana Santos

4.1. Terreiros, natureza viva nas cidades concreto.

Juliana Santos

Em uma certa tarde, de um dia que não me recordo bem, observava da janela do ônibus a cidade, essa minha paulicéia desvairada, devoradora de tempo e de carcaças humanas.

Olhava nos olhos das pessoas que dividiam o mesmo transporte, mas em vão, pois em nenhum momento nos entreolhávamos; cada uma em seu mundo particular; apresentavam conflitos que não cabiam a mim interpretar, mas era nítido a ausência de estar, de estar presente naquele lugar.

Eu não me contive e tive que descer, dei o sinal e no ponto seguinte saí daquele ônibus lotado. Não foi tão rápido como descrevi, mas consegui sair.

Caminhei um pouco sobre o asfalto, calçadas recém reformadas, entre prédios e mais edificações amontoadas geometricamente calculadas a permitir o contato mínimo com aquele sol de final de fevereiro; e como trilha sonora ouvia em vários tons as buzinas e escapamentos de moto.

Caminhei sem pressa, mas com agonia de quem quer chegar em outro lugar, com a angústia de quem não queria estar envolto a aquela paisagem, que de verde só restava: a pintura da fachada de uma loja de aparelhos eletrônicos, e aquela vegetação teimosa que insiste em romper o asfalto e verdejar o piche pelas bordas, que de pássaro somente o logotipo de uma concessionária, que estava bem na esquina da rua da Gameleira, aquela que cruza com a Avenida Iroko.

E das folhas somente folhetos de divulgação de dentista ou de um novo empreendimento imobiliário.

Parei bem na encruzilhada, precisava atravessar, mudar de lado, buscar um novo ar, olhei a minha volta, e aquele engarrafamento tradicional das 18h, já se fazia intenso. Poucos ônibus circulavam no corredor, pois enfileiravam-se devido ao farol vermelho, que pintavam mais uma pausa nas trajetórias humanas que coexistiam ali; muitos carros nas vias com uma, duas ou três pessoas que não conversavam e tinham no jeito de olhar a semelhança entre mim e todas as outras. Aquele olhar que vê a vida passar pela janela do carro, do ônibus. Como eu fiz, poucas horas antes!

E foi naquela encruzilhada, que tive a sensação de acordar de uma sessão de hipnose, embora nunca tivesse passado por uma.

Bem, a sensação era daquelas que me via em cada carro, em cada pessoa no ônibus, com aquele jeito sem jeito de estar. Daquela impressão de raiz arrancada da terra, seca, secando. Eu estava ali parada e observei quatro caminhos, olhei o meu entorno, mais uma vez, como se eu tivesse me despedindo daquilo tudo.

Dei o primeiro passo, mais à frente do outro lado, na direção que me dispôs a caminhar vi uma velha, que aguardava o meu atravessar, parecia me esperar. Enxerguei algo que até aquele momento não tinha percebido. Aquela velha, ora fora menina e continuava ame esperar.

Olha, que faço todos os dias o mesmo caminho e nunca havia lhe percebido nem ela e nem o tempo a passar.

Neste mesmo instante, deparei-me com um grafite, um dos poucos que restaram na cidade, devido a interpretação da atual gestão municipal sobre a Lei Federal de Crimes Ambientais, como se nada que eu tivesse descrito para vocês até agora também não fosse um crime ambiental.

Mas... voltemos ao grafite, aquele que vislumbrei e que ressaltava de um azul estrelar a imagem de uma mulher com um vestido, também azul, a barra do longo vestido parecia carregar as espumas das ondas do mar. Era uma imagem linda, e aquela mulher sorria para mim, quiçá para todos que passassem por ali, porém eu cruzei o teu olhar. Seus olhos me penetraram e me fizeram voltar a andar. Era Iemanjá, representada e espremida entre dois prédios, e as ondas em seus pés quebravam na orla das calçadas.

Dei o segundo passo, e neste instante tive a sensação de atravessar um portal, pisei em um chão de terra vermelha que desaparecia em questão de metros, devido a vegetação reale à medida que eu passeava.

Meu olfato deliciava-se com os aromas da fauna e da flora local, ouvia, agora, o som dos pássaros, desde o anu-preto ao canário da terra. Mesclado ao canto dos pássaros outra melodia surgia, era suave e vinha de um longe que era tão perto de mim.

O canto era mais ou menos assim:

Awá o xoro ile wao

Esin kan o Pe oye

Esin kan o pe kawa ma xoro

Awa o xoro ile awa o

Aquela canção suave não se fazia legível aos meus ouvidos, mas o meu cardíaco traduzia com forte acolhida, meu corpo tinha expressão e minha face começou a sorrir de maneira que eu jamais tivera sentido.

E logo, fui tocada, um tato afável! E eram as mãos enlameadas da velha, a mesma que me observava do outro lado da rua. Ela tinha muita dificuldade para andar e antes mesmo de eu perguntar porquê suas mãos estavam sujas, sentou-se e se pôs a manusear bonecos de barro. Eu curiosa como criança, quis perguntar mais e mais coisas: onde era aquele lugar? Que música era aquela? Quem era ela?...

A senhora com uma face suave e expressiva continuava a modelar a terra com tanto carinho que pareciam bebês recém-nascidos. E, provavelmente seriam. Assim que concluía recitava um verso ao pé do ouvido de cada um. Dizia algo tão bonito. Eu deduzi ,porque eu sentia-me tão feliz.

As perguntas ferventavam em mim, porém eram fervores de bisbilhotice, curiosidade de revelar o mistério que se apresentava para mim.Mas não conseguia transformar as dúvidas em verbo; então aguardei. Esperei e observei!

Ela terminou cada boneco e colocou-os em lugares distintos: um perto do rio, outro junto às pedras, outro jogou ao vento, e este foi impressionante, parecia flutuar; e assim fez com os demais que eu havia visto realizar.

Mesmo envelhecida tinha uma disposição, suas mãos eram fundamentadas de energia vital, rastelava as pernas, mas a face não expressava as dores do tempo, era sublime sua feição, parecia viver em plena harmonia. E vivia!

Muito sábia, olhou-me com olhar maternal e começou a cantar, cantava com a mesma melodia da canção que meu coração traduzira.

Nós vamos cultuar nosso orixá

Ninguém está contra isso, sim

Ninguém nos diz para nos afastarmos de nossas raízes.

Ouvi e ouvi a canção, mergulhei em cada palavra, integrei-me a cada nota; o meu corpo movimentava-se como vento em noite de tempestade ao mesmo tempo que pareciabrisa suave; como água que corre do rio em direção ao mar, com certeza de chegar em seu destino; como folha a dançar nos galhos de um jatobá. Daquelas ações do meditar!

Senti meus pés sobre o chão de terra batida, terras que em forma de poeira penetram entre unhas, cutículas e pele. Com os pés firmes na terra é que compartilho um entendimento, desses entendimentos que aprendemos quando despertamos de um sono profundo, de um encontro com o passado.

Foi nas rebarbas do concreto que encontrei o ensinamento, como sinônimos denatureza viva, de uma energia transmutadora de corpos que se distanciam de si, de sua natureza interior. Um espaço morada, em que a natureza não está a serviço do ser humano, mas que proporciona o equilíbrio e a integração entre natureza interior e natureza exterior. E

foi pela força da natureza exterior a mim que cheguei a aquela velha; o caminho me foi dado, bastava-me coragem para agir e percorrer aquela estrada, que se apresentava naquela encruzilhada.

Ouvi e li seus ensinamentos: nos gestos, naqueles parcimoniosos pés pretos sobre o chão que percorriam com objetividade a sua condução, nas mãos ágeis e na fala certeira, eram flechas a acertar em cheio ao que devia auscultar. Ela devolveu-me a natureza perdida, deu às minhas raízes terra firme e fértil. Ramifiquei naquele terreiro, minhas raízes ganharam sustentação.

Nada do que experienciei antes, naquela vida concreta, edificada com relações rápidas e cheias de tráfegos, nada disso havia me integrado ao que vivia, na verdade, no antes dali, a única integração que eu fazia uso cotidiano era a do bilhete do busão. Que me integrava a quatro ônibus tão lotados quanto tantos outros em quatro horas. Neste jeito de viver temos hora marcada para nos integrarmos a qualquer coisa e a qualquer lugar. Triste, não?

Voltei meu pensamento onde meu corpo estava e fui adentrando a vegetação que ali habitava, encontrei muitas pessoas neste lugar, todas elas com a mesma feição da velha e uma delas, em especial, também, fitava-me com o mesmo olhar que me atravessava, daquele grafite de Iemanjá. Lembra?

Agora, era um homem quem me aguardava. Tinha um tom de pele reluzente e ocorpo todo envolvido por folhas cheirosas, passou a me banhar com as ervas, envolvia-me àquelas que me inebriaram pelo aroma - assim que adentrei. Eram folhas que já havia vistoem feiras, na barraca da Mãe Nega, era a barraca mais verde da feira. Mãe Nega, não tinha filhos, mas todos a chamavam de mãe e ela vendia os montinhos de folhas verdes sempre pegando nas mãos dos clientes, com olhos nos olhos e voz de quem dá conselho.

Também lembro de ter visto algumas dessas plantas no quintal de minha avó- que adora fazer chazinho para todos antes de dormir e dizia: eo eo ossaim, eu não entendia, mas achava graça e repetia. Ah, tinha muitas dessas ervas na margem do córrego perto de minha casa, lembro do formato delas, pois eu sempre me embrenhava no mato para buscar a bola que meus primos deixavam cair , eu era a bobinha nas brincadeiras de bola e este era o momento de eu ter a vez com ela. Pegava e sempre chutava forte em direção ao meu primo mais velho. Engraçado essas lembranças, nem sabia que as tinha. E quanto de natureza já fazia parte de mim.

No banho que recebi tinham alecrins, beijoins, alfazemas, arrudas, guinés, manjericão... ervas que conhecia em outras situações, mas não com a função de troca de

energia vital: a vida da folha pela vida do corpo humano, ou ainda pareciam me cobrir com um manto de proteção, como se fosse uma benzeção.

Era o que sentia, parecia uma bateria sendo recarregada a cada folha que por mim ele passava. E esse homem, enquanto banhava-me dizia: sem folha não tem sonho, sem folha não tem vida, sem folha não tem nada. Então desaguei e as lembranças ganharam cores em mim.

Fechei meus olhos e recebi o melhor dos banhos que já tive, entendi auscultando cada parte de mim, que o fogo, a água, as folhas-terra e o ar é o que sustenta a minha corporeidade. É o que sustenta a nossa corporeidade.

Neste momento, aquela lembrança da Mãe Nega ganhou voz audível e entendi o que ela dizia a todos que em sua barraca mercavam: é preciso cuidar do corpo, é preciso cuidar do tempo divino dos orixás e os terreiros estão aqui para lembrar.

O tempo passou e fez lua no céu, abrolharam outros animais e a brisa da noite perpassou por mim como um até logo. Uma mão me tocava e desta vez, não era um toca afável, ouvi uma voz grave que se somada ao toque me acordava.

- Bora moça, bora! Que já chegou no final! Já é o terminal.

Acordei, e era o encontro do cobrador com a passageira. Eu e Ele, mãos apressadas e pés mais ainda, ele cobrava a minha saída e eu passageira só queria que ele sentisse a mesma relação, aquela que senti, vivi e descrevi para ti.

Fiz o mesmo percurso diário para chegar em casa, passei pelo mesmo córrego que agora foi canalizado. Cheguei em casa e minha avó já está a preparar o chá. Hoje é sexta e no domingo vou a feira, quero reencontrar com Mãe Nega, quem sabe tocar em suas mãos e conversar sobre os terreiros que são naturezas vivas nesta cidade tão cinza. Retiro os sapatos e ponho meus pés no chão.

5. # Oyá

Quem me ca’›ega po’ onbe o ve 9ơ sop›a.

“ O vento sopra forte
Para afastar intolerância de nosso lugar

O vento em brisa leve se
Aprochega para ficar, assim que a conquista chegar”

Juliana Santos

5.1. Sobre intolerância religiosa

Ana Rainha

Nasceu em Santa Bárbara d'Oeste – SP (1984). Vive e trabalha na mesma cidade onde é professora da Rede Estadual de Ensino. Participa da Rede Nacional de Mulheres negras e desenvolve pesquisas utilizando materiais tradicionais e não convencionais para confecção dos acessórios de sua marca Ana Rainha das Bijus. Cursou Licenciatura em Educação Artística na Universidade Estadual de Londrina.

A intolerância religiosa sempre esteve presente na sociedade, porém podemos constatar sua maior brutalidade nos ataques às religiões de matriz africana. Afinal, além da imposição da fé cristã e dos conceitos europeus de religiosidade, temos o racismo como base do ódio e desrespeito ao outro.

Enquanto preconceitos e estereótipos forem colocados acima dos conhecimentos científicos e das tradições culturais, precisaremos articular mecanismos de enfrentamento e buscar apoio na legislação e demais setores governamentais para evitarmos mais danos e mortes do povo preto e de seus cultos ancestrais.

Como professora, procuro construir uma sociedade justa e respeitosa mostrando aos estudantes as diferenças religiosas e culturais existentes no mundo, para que esses possam refletir e mudar comportamentos racistas e intolerância racial pré existentes.

Afinal ninguém nasce racista. Educa-se para sê-lo. Nesse sentido ainda é comum a resistência de muitas famílias, cuja visão restrita sobre aquilo que não é de origem branca, judaica ou cristã, aponta professores e escolas tomando-as como doutrinadoras ou "satânicas", mesmo tendo como base uma legislação e um currículo no qual todo conteúdo permite a diversidade e a manutenção da cultura dos povos que construíram este país.

5.2. Racismo Religioso e a liberdade de se expressar

Uiara Silva

41 anos residente do Rio de Janeiro, Assistente social , bolsista de Estudo Afrolatino Americano Harvard e no momento Coordenadora regional (RJ)da Rede Nacional de mulheres negras no combate a violência .

A liberdade religiosa e liberdade de expressar fé sobre as práticas de religiões de matrizes africanas perduram durante muitos anos dentro da sociedade brasileira, tais violências continuam afetando diretamente a população negra, já violentada com diversas formas de negligências do poder público. Podemos também atribuir o crescente número de ataques de racismo religioso com aumento do poder político atrelado com religiões de vertente conservadora.

Na educação, onde as crianças deveriam aprender sobre todas as religiões incluindo a história e cultura Africana, crianças e adolescentes iniciadas nas religiões de matrizes africanas, são perseguidos inclusive por gestores das unidades escolares ,estas crianças e adolescentes com vestimentas , fios de conta e outros elementos de iniciação no candomblé. As seqüelas deste racismo religioso cometidos na área da educação onde deveria ser um

ambiente de respeito e acolhimento, ocorre a evasão escolar,onde o Conselho Tutelar às vezes atua na família com a retirada da guarda dos pais e ou responsáveis.

No Rio de janeiro é quase comum assistirmos nos meios de comunicação ataques de cunho do poder paralelo ao Estado, em muitos casos onde os comunidades de terreirosestejam geograficamente em favelas, periferias e regiões da baixada fluminense tambémvindo de outras religiões fundamentalistas. os terreiros sofrem com a destruição de imagens ,incêndios de espaços sagrados, e ameaças ao religiosos pelos terreiros, gerando homicídio e também feminicÍdio.

Outro espaço que também sofre ações de cunho racistas são os Quilombos que representam a resitência da preservação de valores e saberes ancestrais grande parte dos escravos que foram seqüestrados dos seus do continente africano para exercer diversas funções sem remuneração dentre trabalhos no cultivo de terras , onde ate hoje temos a disputa de terras visto um assassinato de uma líder quilombola (Mãe Bernadete, ialorixa e líder quilombola no Estado da Bahia ,Em 17 de Agosto 2023) dentro da mesma família outro membro também sofreu com ataques levando assassinados.

5.3. Racismo Religioso

Sandra Laules

Sou Sandra Laules, 51 anos, mãe solo, resido em Porto Alegre-RS, fundadora e coordenadora do Projeto Mãe Cria RS, Coordenadora Estadual da Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência, Conselheira Nacional dos Direitos da Mulher, no qual represento a Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência e estou graduando em Serviço Social.

As religiões de Matriz Afro na cultura de diversos povos africanos trazidos como escravizados ao Brasil (SEQUESTRADOS), entre os séculos XVI e XIX.

Hoje estamos no século XXI, considero um absurdo continuarmos na luta, resistência no Enfrentamento ao Racismo Religioso. MAS,DEVIDO AOS QUATRO ANOS QUE TIVEMOS DE RETROCESSO, no desgoverno anterior, voltamos a milhares de ataques por todo país, aqui no Sul, todos os dias!

Pois chegou ao ponto de policiais chegarem em terreiros de Ìyás, querendo recolher tambores, como se fossem armas, onde além de ser um centro de ILÊ AFRO, é uma sociedade beneficente, onde são acolhidas crianças e adolescentes com ensinamentos culturais. Penso

que temos que nos organizar, porque eles estão organizados! articulados de todas as formas, para nos matarmos! Temos que nos fazer presentes em órgãos públicos, em audiênciaspúblicas, cobrando soluções concretas, junto à DH e segurança pública.

Em todos estados,temos que nos unir, fazer barulho, com nossos tambores! Só assim iremos cessar o ódio, cessar barbáries ,como foi recentemente, que ainda em nossa pele treme!

Yalorixá Bernadete Pacífico foi morta duas vezes.

MORREU A PRIMEIRA VEZ COM SEU FILHO SÍLVIO, ASSASSINADO E SEM NENHUMA SOLUÇÃO NO CASO.

MÃE BERNADETE PACÍFICO: PRESENTE!

5.4. Racismo Religioso e os resquícios da colonização

Camila Vieira Rocha

Coordenadora Regional Minas Gerais da Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate a Violência, Promotora Legal Popular, Mestre em Sociedade Ambiente e Território pela Universidade Federal de Minas Gerais em associação com a Universidade Estadual de Montes Claros/MG, Graduanda em Licenciatura em Ciências Biológicas, Técnica em Acupuntura, Massoterapeuta, Instrutora de Yoga e criadora da marca Fulor de Ayo.

O Racismo pode atravessar as pessoas negras de diversas formas, uma delas é o racismo religioso; nos últimos tempos o número de casos envolvendo esse tipo de violência vêm aumentando, o que nos faz refletir como a intolerância religiosa nos trouxe até aqui.

No processo de colonização a cultura dos povos escravizados foram forçadas a serem esquecidas pelos colonizadores, nossos ancestrais tiveram seus nomes e crenças apagadas, na tentativa de segregar, com esforços para que houvesse esse apagamento cultural africano

ancestral, que se fez e ainda se faz ao longo de décadas na nossa sociedade, enraizando o racismo em todos suas instâncias.

Nos dias atuais percebemos como uma colonização cristã, que foi imposta, interfere nos direitos daqueles que querem expressar uma religiosidade diferente. Observamos que a menor expressão ligada a uma religião de matriz africana é condenada por pessoas extremistas e por muitas vezes pode levar à morte de lideranças como a **Maria Bernadete Pacífico**, Mãe Bernadete. A mãe de santo e liderança quilombola foi morta dentro de casa no Quilombo Pitanga dos Palmares, no município Simões Filho (BA).

Vivemos em um Estado laico que não respeita as religiões de matriz africana, justamente por expressar as crenças do nosso povo que foi injustamente arrancado de suas terras. Escancara que como sociedade estamos longe de respeitar a ancestralidade religiosa de reis e rainhas mortos por um modelo escravocrata. É preciso que nos organizemos para que de fato as decisões que precisam ser tomadas não sofram interferências do cristianismo e assim defato ter nossos direitos sendo garantidos.

5.5. Racismo Religioso

Adriana Arantes dos Santos
(Adriana Veridiana)

Nascida no dia 27 de fevereiro de 1976 na cidade de Itaperuna RJ. Trabalha na Guarda Municipal do Rio na Coordenação de valorização do servidor. Mãe do Angelo Miguel, Protagonista do seu lar, formada em Ciências Sociais pela FEUC, parte integrante da Comissão de Pastoral Afro do RJ,Coordenadora das MARIAMAS, voluntária no Noph Ecomuseu De Sta Cruz, Integrante do Baque Mulher ZO, Faz parte do ETAA- Elenco Teatral Amantes da Arte em Sta Cruz e MULHER REAL. Promotora Legal Popular Negra formada pelaRede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência.

Como seriam o comportamento da camada da população em relação às conquistas e direitos de pessoas que pertencem a religiões de matriz africana, se umbandistas e

candomblecistas ocupassem a maioria dos espaços que são tomados ou dominados por cristãos que em sua maioria são "aceitos" em diversos espaços?

Estou falando de respeito, conhecimento, fatores históricos que precisam ser explanados e provocados. Melhor, se falando, de racismo em suas diversas formas excludentes. E quando falamos do racismo religioso não é diferente quanto à perseguição, preconceito e ataques proferidos a quem se assume na religião de matriz africana.

Quando se fala de racismo, estamos tratando de crime e não dá mais para amenizar se utilizando de justificativas cristãs onde tudo que não seja referente a dominação europeia, hetero e na sua maioria masculina que demoniza e marginaliza as práticas não cristãs. É vergonhoso o fato de que ainda estamos vivenciando tanta covardia e retrocesso tanto políticoe social no que se diz respeito aos resquícios deixado pelos olhares e comportamentosconservadores que se acham superiores.

A constituição brasileira não é respeitada por criminosos que se acham no direito a interferir no direito a crença do outro, pois ainda vemos comportamentos discriminatórios por parte de uma boa camada da sociedade a exemplo disso temos muitos casos de perseguição com forma violenta a templos de umbanda e Candomblé.

Com certeza a população negra é a mais afetada diante de tal fato onde são ameaçados com dificuldades de expressar e cultuar sua fé. Tudo não passa de um projeto causado pelo sistema para que não haja manifestação e expressão de formas culturais de matriz africana que tem em sua bagagem a triste e vergonhosa história escravagista que impediam a população negra vinda de África com direitos negados, pior não eram considerados gente.

Diante disso temos resquícios que mesmo com toda luta do movimento negro e conquistas de direitos nos deparamos com situação como, ataques de pedra a religiosos, templos sendo destruídos por “soldados de Cristo”, proibição de usar indumentárias em público, motoristas de aplicativos que se recusam a levar pessoas de matriz africana em seus veículos e muitos terreiros com proibição de funcionar.

Essa perseguição se caracteriza por práticas de intolerância e discriminação racial contra um povo de grande importância histórica e sagrada, porém desrespeitada. E não podemos esquecer que tolerar não é respeitar e por isso diante deste fato se faz necessário cada vez mais a lutas contra essas práticas criminosas, pois por isso hoje nas caminhadas existentes pelos organizadores e representantes de matriz africanas para que se conserve e preserva a Liberdade Religiosa e o fim da perseguição.

Uma sociedade que ainda não se entende como racista jamais vai lutar pelas causas antirracistas porque não consegue vencer o que foi contado de maneira errada e cristã diante dos fatos históricos mal contados de propósito para que a população negra não atinja o mesmo lugar que a branquitude.

E hoje podemos observar uma negação por parte de uma parte da população negra que acaba migrando para outras denominações tidas como aceita. Muitos negros aceitos com seus terços e bíblias cristãs com livre acesso enquanto se estivessem com sus contas e guias seriam perseguidos e com isso surge a negação.

Percebemos uma boa quantidade de pessoas de pele branca dentro dos templos de matriz africana e com certeza não sofrem tanto racismo, porem sentem e percebem a perseguição e com isso vão para a luta antirracista religiosa no direito de professar sua fé eseu axé.

Durante um período caminhei na igreja católica enquanto agente de Pastoral Afro, pois nem todas as pessoas são intolerantes, e essa é a ideia da Pastoral afro, caminhar junto com seu corpo negro na igreja e toda seu jeito de ser, porém não é tão simples seguir na caminhada diante da discriminação e racismo existente dentro da igreja, levando-se em consideração os olhares preconceituosas de quem não aceitava uma missa aculturada afro realizada pela pastoral e isso se caracteriza como racismo, tendo em vista que muitas vezes éramos chamados de macumbeiros dentro da igreja, ou seja, temos muito que avançar e vencer esse racismo religioso que persegue e violenta o povo preto e sua maneira de professar sua fé.

Os terreiros têm o direito de seguir e sim as denúncias devem ser encaminhadas e nossos direitos de povo preto ser respeitado efetivado seja onde for. Coisa de preto é coisa séria e tem muita coisa sagrada. Racismo é crime.

Perseguir o povo de matriz africana é crime. Tudo que interfere nas práticas sagradas de forma negativa contra as religiões de matriz africana é perseguição e deve ser criminalizado, não podendo mais se aceitar essas práticas racistas.

5.6. Intolerância Religiosa

Isabella Fernanda da Silva Lima

Mulher negra super empoderada, tenho 1,65 metro de altura, tenho 31 anos de idade, meus cabelos são cacheados e castanho escuro , adoro ler livros relacionados a temáticas religiosas, raciais e educação. Sou natural de Olinda, estado de Pernambuco, atualmente moro em uma comunidade conhecida como Monte-Pe , sou casada e tenho um filho de 12 anos de idade.

Durante Minha Juventude lembro-me do preconceito que vivenciei na escola por ser de religião de matriz africana, minhas colegas de sala falavam mal bastante era contado a dedos os colegas que ficavam ao meu lado passei a refletir um pouco sobre o preconceito em torno das diversidades étnicos raciais, pois os xingamentos e a rejeição que sentia dos colegas de classe, doía muito as pessoas falavam para passar longe da minha casa por ser um terreiro de candomblé.

Muitas vezes passavam perto de mim e se benzia falavam “saravá”, infelizmente eram pessoas que acreditava que a religião de matriz africana servia para fazer o mal até os dias atuais, a intolerância continua muitos terreiros de Candomblé já foram invadidos e destruídos

por pessoas intolerantes, os templos religiosos são locais sagrados de culto aos Orixás e aos nossos antepassados e elevações espirituais, aos olhos de muitas pessoas é um local é um satânico por cultuar o orixá Exu.

Infelizmente as pessoas sem esclarecimento atribuem a esse orixá a figura de satanás,no candomblé o orixá Exu está ligado a divindade que abre caminhos é o orixá da prosperidade, posso afirmar que as religiões de matrizes africanas não fazem culto as coisas maléfica.

A religião de matriz africana é uma manifestação histórica cultural, herança quenossos ancestrais deixaram, espero que um dia nossa religião seja vista com outros olhos, que nossos terreiros não sejam invadidos, que nossos sacerdotes não sejam assassinados, que possamos usar nossas contas no pescoço, é nossas roupas de baianas sem sermos perseguidos.

5.7. Enfrentamento ao Racismo Religioso

Nyara Crispim

Itabirana, servidora municipal há 10 anos, advogada, atual Diretora para Promoção da Igualdade Racial de Itabira. Está presidente o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, vice-presidente do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, é Promotora Legal Popular pela Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate a Violência, e integra a Comissão de Promoção da Igualdade Racial da OAB subseção Itabira, Minas Gerais.

O termo “Racismo religioso” foi nominado a partir de estudos que apontaram para a insuficiência da categoria da intolerância religiosa para compreender o que acontece nocontexto de violência aos territórios e pessoas que se vinculam aos povos e comunidades tradicionais de matrizes africanas, tendo como hipótese de que tanto o caráter de resistência desses povos como a problemática do racismo são fundamentais para compreender os atuais ataques que os tem vitimado.

Nos últimos anos, observamos um número cada vez maior de perseguições e ataques às pessoas e aos territórios que experienciam maneiras africanas de viver, em nosso país. Tem se tornado cada vez mais comum em nossos meios de comunicação nos depararmos com notícias de templos incendiados, invadidos, derrubados e de pessoas pertencentes a povos de matrizes africanas sendo agredidas, desrespeitadas e até mortas.

Os ataques a pessoas e templos que praticam essas "religiões" é um importante nicho de violência que podemos observar em nosso cotidiano. E também um dos mais difíceis de serem combatidos, na medida em que esse tipo de violência está fundando em uma recusa da diferença que se baseia em uma imagem de "verdadeiro sentido" do mundo.

No Brasil, os gestos violentos contra esses povos tradicionais de matrizes africanas se configuram em meio a uma dupla marca negativa: a exotização e demonização, por serem crenças não-cristãs ou não ligadas à cultura que a Europa – e suas projeções no "mundo desenvolvido" – adotou para si (e isso incluiria, inclusive, uma convivência menos atritante com religiões judaicas ou islâmicas, por exemplo); por outro lado, o racismo, por serem estas "religiões" constituídas por pessoas negras e formadas por elementos africanos e indígenas. Ambas as dimensões estão interligadas, de modo que, na maioria dos casos, a própria exotização e demonização é um produto do racismo.

É importante aliar a abordagem da chamada intolerância, o enfrentamento ao racismo que ataca as matrizes culturais que foram racializadas pelo processo histórico colonial, inferiorizando, exotizando e demonizando as práticas, saberes, valores experimentados nos terreiros.

A adoção de medidas para combater o racismo praticado contra os povos tradicionais de matriz africana têm sido discutidas no Brasil insistentemente nos últimos anos. A pauta é defendida pelos movimentos negros e por diversos atores sociais que se dedicam à promoção da equidade racial e enfrentamento ao racismo.

Reconhecer a existência da pluralidade religiosa no Brasil, e ainda, levar casos de intolerância, violência e racismo religioso para discussão nos espaços de controle social, principalmente, manifesta o cumprimento do exercício pleno de cidadania, promove o diálogo inter-religioso, busca sobretudo, evidenciar o quanto a história colonial e recente do nosso país tem demonizado e satanizado os sujeitos praticantes das religiões de matrizes africanas e da espiritualidade indígena.

As instituições sociais são importantes agentes de promoção a equidade racial e da educação antirracista, promovendo uma cultura de paz, que perpassa por diálogos inter-religiosos e respeito à diversidade cultural, sexual e racial. Combater o racismo religioso

e todas as suas formas violentas de se expressar é sinônimo de resistência, de luta e de afirmação.

5.8. Intolerância Religiosa

Roselaine Domingos de Castro Diaz

Falar hoje em intolerância religiosa ou de racismo religioso é bastante delicado, complexo, mas extremamente necessário. Segundo o professor Sidnei Nogueira: “(...)A expressão "intolerância religiosa” tem sido utilizada para descrever um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas às crenças, rituais e práticas religiosas consideradas não hegemônicas. Práticas estas que, somadas à falta de habilidade ou à vontade em reconhecer e respeitar crenças de terceiros, podem ser consideradas crimes de ódio que ferem a liberdade e a dignidade humanas(...)”. Sabemos que a intolerância religiosa é uma prática que tem infelizmente sido realizada no mundo todo, mas também precisamos entender que existe um recorte racial nesse contexto e as religiões mais atacadas e hostilizadas são as religiões de matriz africana.

Antes de tudo preciso dizer qual é o meu lugar de fala nesse contexto, pois esse texto para além de um artigo é escrevivência. Já percorri e conheci diversas religiões, fui da Assembleia de Deus tentando seguir os ensinamentos da minha avó materna, que por diversas opressões da sociedade escolheu seguir a Deus através do evangelho e está tudo certo.

Fui católica, fiz comunhão e crisma para poder me enquadrar na sociedade, até o dia

que o padre disse durante a missa que quem sabe criar seus filhos são os alemães. Eu mãe negra de pele clara de um menino e uma menina negros, casada com um homem negro depele mais escura, entendi que ali não era o meu lugar. Frequentei também a Universal do Reino de Deus, mas quando precisei “comprar meu lote no Céu”, entendi que aquilo não era pra mim. Foram muitas as histórias vividas, algumas cruzadas por dor e violências, até que ouvi o chamado do tambor.

Hoje sou uma mulher de axé resgatando sua história e revivendo as memórias do meu avô materno que era umbandista. Ahhh quando falam e tocam o meu sagrado, tudo muda.

Vamos aos conceitos e alguns números importantes que envolvem essa discussão: o Centro Universitário FAESA publicou em seu site que “A intolerância religiosa, resumidamente, é o ato de discriminar ou ofender religiões, cultos e liturgias ou também discriminar, ofender e agredir pessoas por conta das suas crenças e práticas religiosas.” Isso realmente é fato, em pleno ano de 2023 diante do fortalecimento do discurso de ódio nos últimos anos seguimos sofrendo ataques físicos, morais e emocionais.

Tão cruéis quanto as violências que nos escravizaram e trancafiaram em porões dos navios negreiros, sem que pudéssemos cultuar os nossos orixás; seguimos ainda hoje precisando esconder nossos cultos e nosso sagrado.

Segundo o Disque 100, que também é um serviço para denunciar violações de direitos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o Brasil teve 545 denúncias de intolerância religiosa, no mesmo período, foram 466 denúncias. Ou seja, 2022 registrou um aumento de 17%.

Como já constatamos, as religiões de matriz africana são as principais vítimas de intolerância religiosa no Brasil, de acordo com o Mapa da Intolerância Religiosa, 59% dos casos de intolerância religiosa no Brasil são contra adeptos das religiões de matriz africana.

Algumas das consequencias graves da intolerância religiosa inclui a violência, a exclusão social, discriminação e perseguição. Segundo o Escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos, a intolerância religiosa pode até mesmo levar a crimes de ódio e genocídio.

Estes são apenas alguns dados diante do cenário, também precisamos buscar estratégias de combate ao racismo religioso e a Educação é uma grande aliada que temos em mãos. Iniciar esse processo pelas crianças que precisam ampliar o seu repertório e entender que o respeito deve sempre ser a base de tudo.

Pensar propostas que incluam as religiões como janela de conhecimento e não para doutrinar as crianças. Pensar o “Diálogo interreligioso” também é uma ferramenta potente e necessária. A escola pode ser nossa aliada desenvolvendo habilidades sociais como empatia,

resiliência e convívio com as diferenças.

Poderíamos falar muito mais sobre a intolerância religiosa que nos atravessa cotidianamente, mas por hora é isso. Seguimos na luta, na esperança de dias melhores, não nos calando e buscando caminhos em redes potentes que nos unem, nos amparam e nos encorajam a fazer o nosso melhor. A Rede de Mulheres Negras contra a violência é uma destas redes potentes que para além de nos inspirar, nos sustenta.

Não a Intolerância Religiosa!!!
Sim ao nosso direito de cultuar e praticar o nosso sagrado!!!

5.9. De onde vem o Racismo Religioso à Brasileira?

Indiara Tainan Passos dos Santos

Professora, Mulher negra de Axé, 41 anos. Filha de Mãe Isabel de Oyá, do Ilê Axé Oyawoye de São Leopoldo, e do Artista Plástico Autodidata Valdeme Ribeiro dos Santos. Assessora Técnica da Secretaria Municipal de Educação, Professora, Pedagoga, Neuropsicopedagoga, Especialista em Educação Especial Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado. Coordenadora da Rede Nacional de

Mulheres Negras no Combate à Violência / RS. Artista Criativa, Contadora de Histórias, Poetisa. Coordenadora do Projeto Pingos e Gotas de Luz do Centro Espírita de Umbanda Luz Divina de Novo Hamburgo. Co-fundadora do Coletivo de Profes Pretas. Mestranda em Ensino de História pelo ProfHistória da UFRGS.

O Racismo no decorrer da história da Humanidade recebeu diversas nomenclaturas, nuances e aplicações nas diversas situações onde foi vivenciado com os mais diferentes usos: científicos, sociais, de ascensão ao poder, dominação de um povo e /ou nação…

Compreendido como o desdém, ódio ao outro, descaso a pessoas em razão de sua origem étnica, raça, asco, traços fenotípicos, cor de pele e características que de um modo geral a aproximam, mesmo que, de forma superficial a um grupo, que com o passar do tempo historicamente foi preterido em razão da existência de outro considerado superior ou tido como padrão de inteligência, capacidade, beleza e/ou perfeição em sua aparência física,crenças, língua e linguagens, tradições, fazeres e organização social.

Sendo então o Racismo uma estrutura social que foi sendo aperfeiçoada ao longo dos milênios, serviu como ferramenta para a obtenção de mando e poder de alguns em detrimento aos sofrimento e extermínio de outros, permitindo e justificando massacres que dizimaram povos, o acesso aos direitos básicos necessários à sobrevivência de seres humanos.

Através de processos de crenças racistas, dizia de várias maneiras, em distintas sociedades quem era merecedor de acesso ao conhecimento, à cuidados e acesso à saúde, direito a alimentar-se e de possuir bens desde a antiguidade.

E aproximando esta compreensão da forma como os países da América Latina foram constituídos, através das Invasões permitidas no período das “Grandes Navegações”, movimento exploratório das Américas já povoadas, o racismo que estava contido nos intento da dominação de um vasto e rico território por portugueses e espanhóis, é possível compreender o processo de aculturação vivido de forma violenta pelos povos Originários e Indígenas, donos destes territórios, para que os europeus pudessem fazer morada e local de exploração permanente neste que de Pindorama, chamamos de Brasil.

Não houve espaço para dialogar com os costumes e crenças dos povos que aqui já desenvolviam suas culturas milenares, pois foram simplesmente chamados “índios” e compreendidos como pessoas sem luz, alma e capacidade de pensar. Logo, estes necessitavam ser preenchidos com tudo de bom que este povo europeu, superior, branco e católico tinha

para oferecer: sua catequização, a imposição de um Deus punitivista que auxiliaria e muito na intenção de “domesticar” aqueles corpos nus e selvagens.

Então vamos batizá-los e levar a “boa nova” da Evangelização em todos os lugares ao mesmo tempo que os mais resistentes são eliminados. O plano logo precisou ser repensado e recalculado, pois o processo de catequização acabou por matar aqueles corpos servis e que conheciam mais desta terra selvagem. Então, o que fazer?

A busca por substituição de tal mão-de-obra agora escassa, abre portas para umlucrativo negócio, agora com possibilidade de ganhos que estavam aumentando vertiginosamente, e de “peças” de cor mais escura, ainda mais primitiva que os caboclos, que poderiam gerar lucro: passam os europeus a traficar mão-de-obra negro-africana para outros países europeus e principalmente para as colônias do novo continente: as Américas.

Este não foi um processo simples, mas o sucesso das navegações ajudou, ao perceberem que pela fartura numérica de peças à disposição, logo após a captura em terras africanas, pois para carregá-las, não precisavam ocupar espaço, suprimentos ou conforto, conseguiam aguentar os três meses de viagem e mesmo que houvesse avaria, as “peças” restantes ainda poderiam produzir outras e continuar gerando renda para seus donos.

Assim aportaram nas Américas e, especialmente no Brasil, extenso contigente de mulheres e homens negros, tratados como objetos e consequentemente considerados incapazes de pensar, sentir, criar…

Como poderiam estes então possuírem crenças e adorarem a forças superiores se não passavam de seres inferiores aos animais domésticos?

Desta maneira tem origem uma das formas mais cruéis do que consideramos Racismo Estrutural no Brasil, o Racismo Religioso, que considera tudo o que está conectado à Ancestralidade Negro-Africana, e aos Sagrados das diversas etnias africanas ou afro-brasileiras em diásporas como crenças inferiores, demoníacas, perigosas, cheias de animismo e sem acesso à lógica, simplesmente por conta de sua origem ou mesmo por se diferenciarem das crenças consideradas aceitáveis; mesmo que não professem separação e nenhum dos valores citados anteriormente.

E como consequência de um processo de aculturação secular, estes medos e crenças relativos às Religiosidades de Matrizes Africanas, Cânticos, Expressões Artísticas, Danças, Alimentos e Manifestações Culturais sofrem até hoje com o desconhecimento, desdém típicos do processo do Racismo Estrutural à Brasileira.

Só conseguiremos desconstruir estas amarras da ignorância através do conhecimento e da garantia do exercer os direitos fundamentais dos seres humanos de ser, estar e existir no mundo da forma como lhe convir, podendo se expressar da maneira que o permita ser feliz.

O processo para que isto seja alcançado não é fácil, mas escritos como este podem e serão ferramentas para a diminuição da ignorância e todas as formas de Intolerância.

5.10. Racismo Religioso

Andréa de Carvalho Pereira

Graduada em Administração de Empresas pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande -FURG (2001). Graduada em Biblioteconomia pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande-FURG (2006). Pós-Graduada com Especializações em: Gestão em Arquivos pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2011) e Rio Grande do Sul: Sociedade, Política e Cultura pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG (2011). Bibliotecária do Campus Bagé da Universidade Federal do Pampa. Coordenadora do Neabi Oliveira Silveira -Unipampa, Campus Bagé. Mestra em Ensino pela Universidade Federal do Pampa - Unipampa, Campus Bagé (2021).

Infelizmente em pleno dois mil e vinte e três ainda nos deparamos com um cenário de desrespeito e violência. Não há mais tranquilidade para se praticar os rituais que são sagrados para quem faz parte das religiões de matriz africana.

Os casos de violência, onde os terreiros são invadidos e destruídos não é ficção. O medo faz parte do cotidiano, assim como a morte de muitas Mães, Pais e Filhos de Santo. O que faz uma religião ser preterida, seus integrantes serem desprezados. Onde está a democracia que estabelece que temos a liberdade de escolha?

O racismo religioso atingem a população, sendo mais uma violência contra o povo negro. Não se percebe esse tipo de postura com outras vertentes religiosas. A destruição da dignidade e segurança dos integrantes das religiões de matriz africana, fere diretamente a liberdade de escolha.

Até quando as autoridades não conseguirão impedir essas atrocidades?

O racismo religioso remete a um cenário onde as violências praticadas podem ser associadas ao povo essencialmente preto. Inaceitável que crianças sofram bullying por frequentarem os terreiros.

Não pode jamais ser ignorado que o racismo religioso acaba sendo reflexo de uma profunda discriminação, onde o ódio pelas religiões de matriz africana e a quem pertence, e também aos territórios sagrados, culturas afro-brasileiras e suas tradições, imponto um ciclo de medo e discriminação.

É imprescindível leis mais efetivas, assim como penas que representam o peso dos crimes praticados, pois só dessa forma será possível combater de fato essa postura que está diretamente ligada a cor da pele de quem se dedica a religião e cultua seus ancestrais de forma a honrar seus ancestrais, negros e negras escravizadas que merecem todo respeito.

Somos fruto do meio em que vivemos, logo, é fundamental que esse ciclo sejaquebrado e finalmente tenhamos a paz merecida, para que possamos nos encontrar a dignidade que todos merecem.

5.11. Racismo Religioso

Diana Aparecida

Atualmente com, 16 anos, sou moradora de Itabira, Minas Gerais. Apaixonada por atletismo, amante da boa comida. Fez parte do programa Parlamento Jovem, está cursando políticas públicas e busca sempre o melhor para a sociedade. Determinação e comprometimento são características marcantes em minha jornada. Atitude positiva e a capacidade de liderança também inspira aqueles ao seu redor.

"O racismo religioso trata-se de uma violação dos direitos humanos fundamentais. Ele se manifesta quando alguém é discriminado, marginalizado ou tratado de forma injusta com base em sua religião.

Essa forma de preconceito é extremamente prejudicial, pois não apenas afeta a liberdade de crença, mas também alimenta o ódio e a intolerância.

Devemos combater o racismo religioso, promovendo o diálogo inter-religioso, a compreensão mútua e o respeito pelas diferentes tradições religiosas. Juntos, podemos construir um mundo mais justo e inclusivo para todos."

5.12. Intolerância Religiosa e as Tradições Populares no Brasil!

Rosângela Pereira

Atriz, Diretora e Professora de Teatro, Promotora Legal Popular, Licenciada em Educação Física, Pós Graduada em Marketing Estratégico Setorial; iniciou a carreira artística em 1990 na Associação Cultural e Teatral Guarantã (realizadora do espetáculo "Paixão de Cristo de Piracicaba" – onde está tesoureira); Diretora Cultural do SINBAN Piracicaba, Coordenadora Cultural da Rede Nacional de Mulheres Negras no combate a violência; Co-Fundadora da Cia Teatral Ronaumrose (Ponto de Cultura Estadual), da Cia D'Vergente de Teatro e do Coletivo Peneiras, Idealizadora e co-fundadora dos espaços culturais ECA Guarantã e da Casa Amarela de Cultura de Piracicaba; Atuou na CETA - Companhia Estável de Teatro Amador de Piracicaba por 12 anos, está Conselheira Municipal de Cultura. É Ativista Cultural pela Apite – Associação Piracicabana de Teatro, Frente das Culturas, Bloco Pira Pirou, Movimento Liberdade Liberdade, FLIGSP – Fórum do Litoral,Interior e Grande São Paulo, CRUA – Carnaval de Rua em Ação e FAMC/SP Frente Ampla dos Movimentos Culturais de São Paulo.

Dia 27 de setembro é dia de celebrar Cosme e Damião no Brasil. Isso é uma tradição popular que conheço desde que vim para Piracicaba, olha que já se passaram 5 (cinco) décadas.... Pelo país afora, a população se reúne para uma festa que consiste em distribuir doces entre as crianças e a correria é geral, em algumas regiões, com crianças batendo de porta em porta esperando ganhar guloseimas ou como aqui em Pira…

Onde as crianças vão até alguma residência em que os moradores são devotos de São Cosme e São Damião ou para uma comunidade, já vi casa onde existe a tradição de católicos, por conta dos filhos gêmeos terem sobrevividos (gravidez de risco) ou casa de pai de santo (matrizes africanas) que realiza a grande festa. Estas cenas, no entanto, são cada vez menos comuns e um dos grandes motivos é o avanço do racismo religioso promovido pelas igrejas neopentecostais no Brasil.

Com a clássica fala preconceituosa de que “é do diabo”, crianças são constrangidas nas ruas e impedidas de se divertirem nas brincadeiras da festa de Cosme e Damião e de aceitarem os doces, o que passam adiante, constrangendo outras crianças a não aceitarem, por estarem “em pecado”, “aceitando coisas do diabo”.

Neste 27 de Setembro de 2023 aqui em Piracicaba, as crianças que foram pegar doce na casa do meu amigo pai de Santo Ronaldo da Comunidade de Umbanda Sr. Zé Moreno das Almas, situado em bairro periférico; várias relataram que os vizinhos falaram para pegar os doces... mas para orar no doce antes, para tirar a macumba.

As Festas de São Cosme e São Damião são tradições populares de origem africana que o racismo quer acabar.... Embora exista o sincretismo onde muitos dos santos católicos foram associados aos orixás, essa foi a uma forma que nossos ancestrais tiveram que criar para burlar a doutrinação cristã; manter vivas as tradições dessa linda festa é resistência contra o racismo, contra a intolerância religiosa que atinge as religiões de matriz africana, como o Candomblé e a Umbanda.

Agora temos um grande desafio, pois permitir que essas narrativas de que os doces “são do diabo” se espalhem sem resistência, simplesmente por achar que manter esse legado não é nossa obrigação, é compactuar com esse projeto de dominação que mira, em nossas crianças... é ser coniventes... precisamos nos expressar, informar, orientar, resistir!!!

Há um saudosismo por parte de pessoas que contam que “no tempo da minha avó, ela enchia a casa de gente”, sem se darem conta de que somos nós as herdeiras das tradições de nossas avós, e se a gente não passá-las adiante, quem vai? É necessário compromisso, entendimento para se responsabilizar por manter uma tradição... mas viver é compromisso, é manter vivas nossas histórias, é um exercício de devolver para a natureza e para o mundo um pouquinho do que nos fez chegar até aqui.

Tradição Popular é RESISTÊNCIA!!!!

5.13. As religiões de Matriz Africana é o resgate da memória viva de nossa ancestralidade

Cris Oliveira

Cristina Silveira de Oliveira é Pós-graduada em Escolas restaurativas com enfoque em Direitos Humanos/ PUCPR. Atualmente é coordenadora da Pastoral Afro brasileira no Estado do Paraná e também coordenadora do Cursinho Popular UBUNTU. Atua politicamente na área educacional e nas causas das Mulheres Negras, cultura popular e o diálogo para as Relações Étnico Raciais. Coordenadora da rede de mulheres negras no combate a violência no estado do PR. Pós-graduada em Escolas restaurativas com enfoque em Direitos Humanos/ PUCPR. Atualmente é coordenadora da Pastoral Afro brasileira no Estado do Paraná e também coordenadora do Cursinho Popular UBUNTU. Atua politicamente na área educacional e nas causas das Mulheres Negras, cultura popular e o diálogo para as Relações Étnico Raciais. Coordenadora da rede de mulheres negras no combate a violência no estado doPR.

Eu quando criança, me lembro bem de Dona Terezinha (a mãe de santo e da dona Carmem que tinha imagens dos orixás na casa dela. Dona Nair rezavam e benzia as crianças dos quebrantou. Eu cresci numa família católica. Era um bairro com pequenos moradores e a gente convivia. Lembro da bondade de dona Terezinha e as comidas e guloseimas servidas nas festas dos erês, era tudo em nossas vidas. Morávamos na baixada fluminense do Rio de Janeiro.

Lá onde judas perdeu as botas… era assim que diziam. Uma pobreza só, fome e desemprego também tinha o tal do racionamento de alimentos na época do governo Sarney. Dona Terezinha e dona Nair rezavam a gente e nos benzia. A gente até se acalmava. Tinha gente que falava “não passa na frente daquela casa que tem demônio”.

Eu ficava sempre na dúvida…

Dona Terezinha que morava lá. Ela é boazinha com a gente, sempre nos abraçava e tinha um sorriso admirável. Eu cresci com elas me acolhendo e me cuidando e elas rezavam pra gente se curar das dores e da fome!

Ao passar do tempo vim aqui pro Sul, morar e conheci a Yagunã Dalzira. Uma mulher potente e que preza sua ancestralidade. Estava ensaiando uma peça de teatro chamada " Nós em África em nós &quot. Fomos ao terreiro para conhecermos mais, pois eu representaria EWÁ faríamos a interpretação de sete orixás femininas.

Nunca mais duvidei das minhas raízes sagradas do candomblé e das religiões de matrizes africanas. Que conexão com minha ancestralidade!

Quando vejo as situações tão frequentes do racismo religioso, da falta de conhecimento e apagamento de nossa fé. Me indigna e chega a doer. Pensar que pessoas humanas se sentem no direito, achar que o poder em detrimento a fé do outro que ele totalmente desconhece e nem sequer procura conhecer.

É desolador saber o quão nossas ancestrais lutaram, muitas morreram, para que suas crenças e costumes perdurassem até os dias de hoje. Mas também é encorajador saber o legado que elas nos deixaram.

E que por elas e por nós continuaremos a lutar contra esta doença monstruosa que é o racismo.

Axé!

5.14. Minha percepção à respeito do racismo religioso

Eliane Helena Ferreira

Sou uma mulher preta, filha de uma mulher preta, irmã, mãe, tia e avó, enfermeira defensora do SUS, ativista dos Direitos Humanos, PLP coordenadora do interior do Estado do Rio de Janeiro pela Rede Nacional de Mulheres Negras Contra a Violência, estou vice-presidente do IBASCAF – Instituto de Benefícios e Assistência dos Servidores do Município de Cabo Frio.

Com 64 anos e desde que me entendo por gente quando estávamos adoecidos o recurso era sermos levados a uma rezadeira, à época a que servia a toda nossa família e conhecidos do nosso bairro era a dona Maria de seu Chico Estevão, uma senhorinha franzina, com seus cabelos brancos que hora nenhuma se negava a atender. Com o passar do tempo e o desencarne da dona Maria ficamos órfãos.

Tempos mais tarde, agora já em minha fase adulta minha avó materna, uma cabocla já envelhecida e apesar de ser evangélica costumava me rezar. Por que começo minha reflexão

com este relato? Apenas para dizer que nunca antes na história de nosso país foi tão acintoso o desrespeito por parte de alguns segmentos da sociedade brasileira com as religiões de matrizes africanas.

Nosso país, enquanto uma democracia, nos outorga o direito constitucional de professar livremente seu credo religioso, bem como nosso direito de ir e vir e de cidadania. Então, a mim me parece insano os atos de preconceito e de racismo religioso que temos presenciado contra as casas de Santo, chegando ao ponto de vandalizar e até mesmo atentar contra a vida das pessoas que ali se encontrarem. O argumento de que matar em nome de Deus ficou na Idade Média é inaceitável que isso aconteça ainda hoje em pleno século XXI.

5.15. Racismo Religioso

Erika Matheus

Mulher trans preta, candomblecista, graduada em Letras, mestranda em Linguística e Língua Portuguesa, Coordenadora de Gênero e Sexualidade da Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência, pesquisadora semioticista decolonial, professora e ativista.

O Racismo religioso denota-se pela discriminação a religiosidade de matriz africana, a conotando enquanto inferior ou demoníaca, demonstrando a urgência de combate à este mal social e que causa tantos problemas de cunho psicológico, emocional, social e material de seus adeptos.

É interessante que ao utilizarmos tal terminologia, conseguimos abarcar, de maneira precisa, a profundidade desse aspecto da estrutura racista, visto ser uma prática que buscar cercear a liberdade de culto dos povos de descendência africana.

O racismo religioso fere a Constituição Federal, exatamente pelo viés da liberdade de culto e cultura por meio das pluralidades de crença. É uma discriminação que precisa ser combatida fortemente na luta antiracista, promovendo a legitimação dessas formas de cultura e a garantia de seus direitos.

A luta contra esse estigma perpassa pelos pilares de gênero e sexualidade também, onde pessoas trans, lésbicas, gays e bissexuais que são partícipes desses cultos. Proteger os espaços e liturgias de terreiro, é proteger todas as identidades que a compõem e legitimar sua característica política também.

5.16. As bases eurocêntricas da discriminação religiosa

Elizabeth Leme

Abemi Ádè Sinàimo

Mãe do Gabriel. Educadora Griô. Formada em Pedagogia na Faculdade da Unicamp. Graduanda do Curso de Letras -Português e Inglês.Coordenadora Pedagógica na E.M. João Otávio de Melo Ferraciú, na cidade de Piracicaba. Pós graduanda em cultura africana e afro-brasileira. Guardiã e estudante das línguas kimbundo e yorubá. Coordenadora cultural na rede nacional de Mulheres negras.

O ideias eurocêntricos-cristãos, tem sido um dos principais geradores da discriminação religiosa, e isto se torna presente e constante, principalmente na Escola. Na escola as crianças que se autodeclaram participantes das matrizes religiosas europeias tais como as protestantes, evangélicas, católicas e até mesmo as judaicas raramente sofrem retaliações, exclusões ou mesmo opressões.

Quando crianças evidenciam verbalmente frequentar casas candomblecistas e umbandistas, acabam se tornando alvo de piadas, de desafetos, perca da amizade dos colegas, alterando o relacionamento e a forma de ver o outro devido aos preconceitos e a visão negativa que permeia o imaginário popular.

Gerando um clima de desconfiança, medo, desconforto, e acarretando muitas vezes situações de isolamento entre as crianças, que para não sofrerem estas micro-agressões,acabam silenciando-se e não admitindo publicamente, exercerem a sua espiritualidade nas bases de matrizes africanas.

Isto acaba se agravando quando instituições educacionais, que deveriam produzir durante todo o ano letivo um ensino de base antirracista, deixam passar de forma negligente, conversas, debates e atividades escolares que promulguem o respeito as religiões e informações de bases históricas sobre as inter-religiões.

O trabalho com a história e cultura africana e afro-brasileira precisam se tornar uma prática escolar a ser realizado o ano inteiro, para que ninguém fique imobilizado e achando normal, crianças não terem a liberdade e segurança de dizerem publicamente pertencerem ao exercício espiritual de matriz africana, ou de uma mulher preta de matriz africana ser assassinada sem princípios de justiça e proteção, ou mesmo de casas espirituais de base africana serem destruídas em diversas partes do país.

O racismo, o genocídio, o epistemicídio e a higienização eugênica desenhado pela branquitude da elite brasileira ainda se encontra em curso e em andamento neste país.

E para deter estes crimes contra a humanidade, é necessário as ações antirracistas de todas, todos e tod@s, para que proteção, cuidado com a vida e justiça sejam a regras a serem cumpridas e vividas no Brasil.

5.17. Racismo Religioso

Elimara da Silva Gonçalves

Servidora Pública Membro da Coordenação Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate para a Violência Membro Fundadora do NEABI Oliveira Silveira, Integrante da Coordenação do CONNEABIS, Integrante do Coletivo Pretas Pretinhas – Coletivo de Mulheres Negras de Bagé/RS que buscam afirmar sua identidade através do artesanato.

As religiões brasileiras podem ser categorizadas em quatro grupos: as indígenas, oriental, ocidental e africana. Para começar o texto solicitado sobre Racismo Religioso,vamos ver primeiro o seu conceito

Conceito:

> “Vimos que as religiões brasileiras são categorizadas em quatro grupos, então, porque somente uma delas é mais perseguida pela sociedade? Por que os territórios onde estas comunidades praticam seus cultos são vistos como lugares onde as pessoas se reúnem para praticar o mal?”

Está provado que locais ocupados por estas comunidades podem ser entendido não só como um espaço religioso mas, como um espaço comunitário, com muitas outras possibilidades que não só a de culto religioso. As relações existente nestes espaços são considerada Coletiva e não Utilitarista, as pessoas que fazem parte destas comunidades estão ali sem rótulos o objetivo comum é buscar estratégias de sobrevivência do Ser em plenitude.

As religiões de matriz africana pregam o amor, o não preconceito, a solidariedade e a preservação das raízes do povo negro. É necessária pensar na proteção do estado a estas comunidades, pois a omissão na verdade é uma forma de permissão do poder público para que as perseguições aconteçam na forma de invasão, ameaças, destruição dos terreiros como vimos a poucos dias o caso do brutal assassinato da líder quilombola e Ialorixá baiana Bernadete Pacífico, dentro da associação do Quilombo Pitanga dos Palmares.

É urgente pensar em uma sistemática do estado de proteção aos povos de terreiros. As lideranças religiosas, se levarmos ao pé da letra, elas são defensoras de direitos humanos e como tal devem ser protegidas.

A sociedade brasileira precisa respeitar e reconhecer as religiões de matriz africana como um exemplo social que visa o bem de todos, a preservação de suas origens e adignidade das pessoas.

5.18. O Racismo Religioso

Sandra Regina dos Santos

Professora de História e Filosofia EF II e Médio. 1ª. Secretária e Conselheira do COMDEPIR –Conselho Municipal de Desenvolvimento e Promoção da Igualdade Racial de Ribeirão Preto. Membro da Associação Social, Educacional e Cultural NOVOS RUMOS. Pesquisadora na área de educação e formação para docentes sobre as questões étnico-raciais nas escolas. Aluna Especial Ufscar/Educação - Formação Política e Educação.

O racismo religioso vem crescendo assustadoramente no Brasil nos últimos 20 anos e repousa no terreno fértil das Igrejas Pentecostais, além de outros grupos e instituições que dialogam com a mentalidade neopentecostal. Assim como a busca por novos fiéis está longe de ser uma ação preocupada com o ser humano como um todo. A potência dos discursos de intolerância acendem sinais preocupantes.

A nossa população vem assimilando ensinamentos, costumes e culturas do colonizador há séculos, com isso cresce o não reconhecimento de suas origens e histórias. Onde em certos momentos se volta contra seus iguais numa busca insana pelo rompimento e o não pertencimento a essa história.

Gostaria de propor aqui uma provocação que também é uma reflexão. Estado é laico, ou seja, Estado e Igreja devem atuar separadamente como cita o § 2º de seu art. 11 proclamava que "é vedado aos Estados, como à União, estabelecer, subvencionar, ou embaraçar o exercício de cultos religiosos". No entanto, como profissional da educação não vejo dessa maneira e as aulas de Ensino Religioso estão aí para provar que a intolerância principalmente religiosa também se aprende na escola.

Qual o objetivo dessa disciplina se a frequência em algumas escolas sequer é obrigatória? Qual faculdade forma o professor dessa disciplina? Há 50 anos atrás as crianças que não fossem católicas não assistiam essa 'aula', nessa época nem se conversava sobre outras religiões, vivi essa realidade.

O Ensino Religioso como área do conhecimento, com metodologia específica horários pré estabelecidos em sala de aula, conteúdos, avaliação, objeto de investigação e professores especializados deveria servir para aproximar os alunos mas infelizmente não é isso que estamos observando.Professores acabam ocupando 'lugares' como catequizadores onde acreditam serem o caminho para aquelas crianças e jovens que professam sua fé nas religiões de matrizes africanas.

Hoje quase todas as religiões estão nos livros e apostilas, mas como está sendoaplicada essa disciplina, quem é esse educador? Com essas reflexões vejo que o Estado colocou estrategicamente o conteúdo religioso dentro das escolas com isso, o Estado é laico mas não na prática. Observo que esses mecanismos têm um único objetivo, que é não permitirque as religiões de Matrizes Africanas ganhem força e convencer as pessoas de que essa prática deve ser eliminada do nosso país.

Estratégico; Preocupante e Perigoso.

5.19. Acorda! Pecado é ser racista

Lidyane Souza

Cientista social e educadora. Pesquisadora nas áreas de relações étnico-raciais e de gênero, em associação com os campos da cultura, das artes, da educação e das políticas públicas.

Racismo religioso é toda prática violenta que resulta na discriminação e no ódio pelas religiões - atenção: no plural - de matriz africana - exclusivamente -, seus adeptos - mais especificamente pessoas negras que a seguem - seus territórios sagrados, suas culturas e tradições.

Historicamente, este é um dos braços mais fortes do racismo estrutural no Brasil. A esfera da religião também é atravessada por relações de poder; e no Brasil, o alinhamento fomentado são aos princípios judaicos-cristãos, logo, o imaginário é criado, imposto e perpetuado pelas dicotomias bem x mal, Deus x diabo, céu x inferno. Sendo assim, qualquer fuga no âmbito das crenças, torna-se passível de perseguição e condenação. Se herdada de pessoas negras não ocidentais, considera-se duplamente justificável, visto que esse país odeia pessoas negras vivas, livres e bem, tendo o genocidio em macro e micro escalas como projeto.

Cotidianamente temos visto os jornais serem tomados por notícias de terreiros sendo incendiados, lideranças religiosas de matriz africana sendo assassinadas, pessoas sendo violentadas nas ruas quando estão usando algo que indique que ela pertença a alguma linhagem de fé não cristã, entre tantas outras formas, pois essas são as que aparecem nas mídias. E as que não aparecem? E o modo como acontece no cotidiano de forma recreativa e disfarçada? As estatísticas só aumentariam. A realidade é cruel.

Combater o racismo religioso é uma responsabilidade de todes. Combater o racismo religioso é escolher o lado de defesa da vida. Combater o racismo religioso é uma ação a ser feita independente da fé que professa; inclusive, pessoas negras de outras religiões conscientes das problemáticas sociais que atravessam a nossa população, tem esse combate como dever.

5.20. Racismo Religioso: Uma Realidade Persistente nas Comunidades Periféricas

Andressa Borges

Mulher negra, periférica, liderança jovem. Estudante e profissional de Computação e Tecnologias, desenvolvedora de sistemas, pesquisadora em Acessibilidade na Web, ativista social e política em formação pelo Odara Instituto, membro da Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate a Violência, coordenadora do Núcleo Moviafro de Mulheres Negras de Feira de Santana.

O racismo religioso é uma chaga persistente que permeia as comunidades periféricas, deixando uma marca indelével na experiência de indivíduos majoritariamente negros. Conforme destaca o artigo do Educadiversidade, "o racismo religioso segue forte e agressivo no Brasil", evidenciando a urgência em abordar essa questão de forma direta e incisiva. Neste contexto, é crucial compreender o que realmente implica o racismo religioso.

Conforme elucida o artigo do Wikifavelas, "o racismo religioso se manifesta quando práticas e símbolos de religiões de matriz africana são alvo de discriminação, intolerância e desrespeito". Isso se traduz em formas sutis e explícitas de marginalização, que vão desde estereótipos até agressões físicas, minando a liberdade de expressão religiosa e a identidade cultural de indivíduos pertencentes a essas tradições.

É importante salientar que a persistência do racismo religioso não é meracoincidência, mas um reflexo das estruturas sociais enraizadas em nosso país. A desigualdade econômica, a falta de acesso à educação e a escassez de políticas públicas eficazes em comunidades periféricas alimentam esse ciclo vicioso. Como militante do movimento negro e ativista de políticas sociais, testemunho diariamente as consequências devastadoras desse fenômeno.

Portanto, é imperativo que continuemos a denunciar e combater o racismo religioso com firmeza e determinação. A conscientização, a educação e a criação de espaços inclusivos são passos importantes para desmantelar as estruturas que perpetuam essa forma de discriminação. Somente assim poderemos construir um futuro onde a liberdade religiosa seja verdadeiramente respeitada em todas as suas nuances.

5.21. Racismo Religioso

Ângela Andrelina de Souza Nunes

Assistente Social de Formação. Conselheira do COMPIR, Conselho do Idoso, e suplente no Conselho da Mulher e PLP da Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate a Violência.

A intolerância religiosa se dá desde a época do descobrimento, quando missões chegaram ao país e impuseram suas práticas religiosas aos povos originários. Aí se inicia a doutrinação católica invadindo e massacrando os saberes e crenças professadas pelos verdadeiros donos da terra. A diáspora trouxe os negros africanos e junto seus conhecimentos, crenças e religião, que foram duramente combatidos pelos brancos fazendo com que o negro adaptasse todos os seus santos e deuses aos da religião católica

A mais de 500 anos, nós, o povo preto, resistimos e combatemos toda forma de violência imposta. O racismo religioso é uma de nossas principais bandeiras no combate a intolerância Hoje a crescente ascensão do protestantismo torna ainda mais árdua a luta preta nesse país. Segundo o professor Sidney Nogueira, autor da obra "Intolerância Religiosa Feminismo Plurales" , o racismo religioso deve ser combatido com educação, diálogo e leis que assegurem essa temática.

Na minha opinião temos um grande trabalho a ser feito em nossas bases. A partir do momento que nos reconhecemos pertencentes a esse país, entendemos que podemos exercer nossa cidadania, com todos os direitos garantidos e entendemos também a dinâmica docoletivo. A nossa busca se resume na criação de políticas públicas e atitudes afirmativas para nós que somos a maioria nesse país.

5.22. Espaço Sagrado

Elisabeth Batista,

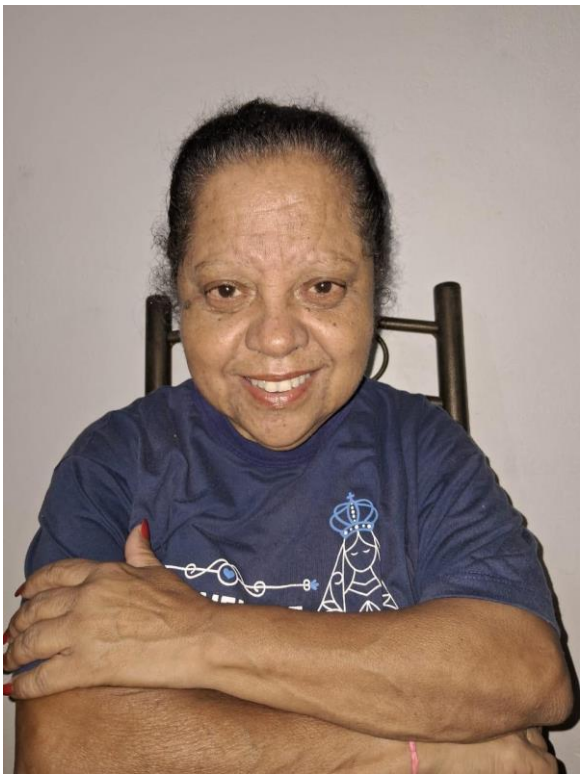
Tecnóloga em Gestão de RH, Pós graduada em Gestão Pública e de Pessoas, Assistente de arquivo, Técnica em Administração. Coordenadora da Pastoral Paroquial São João Batista, Movimento de Mulheres Negras e aluna do Curso de PLPs da Rede Nacional de Mulheres Negras.

Uma das várias formas de violências sofridas pelo povo de terreiro é o racismo religioso. Este a séculos se manifesta, fazendo com as vivências religiosas de matrizes africanas e sejam atacadas, causando ainda mais dores, tristezas e revoltas de um povo já tão sofrido e desrespeitado humanamente.

Assistimos com frequência, noticiários que relatam atitudes monstruosas a respeito, e quase nunca os responsáveis são punidos. Em um país onde o racismo é estruturado, as barreiras legais para o combate deste se torna ainda mais difícil.

São vários grupos e movimentos negros na luta. A resistência tem sido um marco para aqueles que acreditam na liberdade de forma igualitária e querem ocupar os espaços necessários para que isso aconteça. Afinal, a luta, a força, a esperança e a resistência são qualidades marcantes do povo preto, guerreiro na sobrevivência.

5.23. Racismo Religioso e os preconceitos do dia a dia



Rosemary Alvares de Souza,

(Rosinha).

Natural de Belo Horizonte, Viúva,mãe do Vinicios e Avó de Ana Luiza. Reside no Quilombo Morro Santo António desde de 1966 Data de nascimento 29/03/1959. Faz parte de vários Conselhos, Igualdade Racial (Compir), Comsea, Comtur, Conselho rural sustentável, Conselho Municipal de habitação, Conselho Municipal e Conselho local de Saúde. Diretora de Comunicação da Associação Quilombola Morro Santo António e 1°Tesoureira da Interassociacao de Amigos dos Bairros de Itabira.

"Infelizmente vejo está discriminação acontece no dia dia do nosso Quilombo. Aqui nunca teve terreiros de candomblé, mas um povo com muita sabedoria, principalmente em relação a orações poderosas que os antigos tinham conhecimento.

Hoje tem a Tita,que é da religião de Candomblé.

No Quilombo uma parte e católicos a outra evangélicos.

Ela sempre fala que se fosse mais jovem,ia ter um terreiro.

Vejo a reação das pessoas, alguns até dizem,Deus nos livre.

Sempre incentivo que ela faça suas rezas quando alguém pede, pois até isto tentam atrapalhar que ela faça.

Enfim vejo que a discriminação religiosa é sempre maior em relação aos terreiros de matriz africana.

Amei conhecer e estar sempre com as Mulheres da Rede Nacional."

5.24. Racismo Religioso e suas perspicácias

Joana Elizia de Araújo Souza

Auxiliar administrativo, tenho 2 filhos André Augusto e Maria Cecília, sou voluntária da Oncoviva em Itabira

É um assunto complexo, mas que se faz necessário preconceito religioso é até difícil explicar em palavras pois não deveria existir. Como a fé de outra pessoa pode atingir você ou ofender.

É crime com pena prevista no código penal mas ainda não é suficiente para dizer o quanto quem é vítima desse crime sofre e que mesmo com a pena prevista em lei é muito comum infelizmente ver esse crime ser banalizado, e por que, porque às vezes não háemprego de violência.

A violência psicológica traz mais danos do que a física, mãe Bernadete na Bahia mãe de santo e chefe quilombola foi assassinada nunca será esquecido, então parece que somos

caçados só porque temos religião diferentes, mas estamos em um país tão culturalmente adverso que a cada dia surge mais práticas de preconceito e a palavra só toma mais poder.

Quando vamos entender que somos todos iguais independente de cor, raça, religião ou qualquer outra coisa.

5.25. Pega a Visão: Educação, Sociedade, Religião e Racismo

Eva Maria Gonzaga

Ativista cultural (Fomento com participação ativa e voluntária, movimentos sociais, com projetos autorais). Curadora das exposições "Muros Invisíveis" e "Sá Maria, Fragmentos ", esta última também uma das idealizadoras. Fui diretora do "Projeto Drummonzinhos'. Palestrante, Escritora, Funcionária Pública, secretária no COMPIR e Promotora Legal Popular (PLP) da Rede Nacional Demulheres Negras No Combate A Violência.

Falar de racismo religioso, é o mesmo que discorrer sobre a ignorância que é o racismo em sua totalidade. A supremacia branca que acontecia, primeiro de forma escancarada, hoje, acontece camuflada em invólucro de: "crime", "estar no lugar errado", "pensei que fosse bandido", "não parou por isso atirei" e etc. E assim somos apagados, exterminados e junto a nós nossas crenças e religiões. Afinal as "coisas de preto" assustam, pela ignorância, pelo medo de nossa força e conhecimento, pela certeza que somos muito mais inteligentes e articulados.

As agressões físicas, verbais e os atentados ao espaço físico dos templos, a omissão do poder público e a falta de políticas públicas reverberam em morte e mutilação de nossa história, tentam tirar de nós a identidade e o sentimento de pertencimento.

Acredito que a educação é uma das principais formas de combate à intolerância religiosa, já sendo trabalhado o tema desde as primeiras séries como é feito com as religiões cristãs no nosso país. A orientação sobre religiões e crenças de matriz africanas já nasprimeiras séries são fundamentais, as crianças são o pé direito da desconstrução desse racismoexacerbado contra as religiões de matriz africana. Se não temos respeito e aceitação, temos que nos armar espalhando conhecimento e educação.

5.26. Ecos da Escravidão: Preconceito Racismo e Intolerância Religiosa

Deise Benedito

Fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra e do Fórum Nacional de Mulheres Negras. Atualmente é Assessora Técnica na Área de Segurança Pública e Direitos Humanos da Liderança do PSOL, na Câmara Federal dos Deputados. Foi membro da Fala Preta Organização de Mulheres Negras e assessora técnica da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos, vinculada à Diretoria do Departamento de Promoção e Defesa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Ex-Perita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, vinculado ao Ministério de Direitos Humanos da Presidência da República. Graduada em Direito, com especialização em Relações Étnico Raciais, Gênero, Segurança Pública e Sistema Prisional. Mestre em Direito e Criminologia pela UnB.

Abordar a questão da pratica da intolerância religiosa no Brasil, remete a revistar rapidamente o processo cruel da colonização, a escravização dos povos indígenas, a invasão deste território pelos portugueses, a colonização que os obrigou a conversão ao Cristianismo, através da evangelização dos povos indígenas, realizada pelos religiosos da Companhia de Jesus .

Curiosamente foi no Estado da Bahia local de maior população negra do mundo depois da Nigéria, que teve o apoio do padre Manoel da Nobrega e do governador geral da colônia, Men de Sa onde a conversão dos povos indígenas era fundamental para maior ocupação e exploração do território indígena invadido.

A missão de catequizar os povos indígenas, tinha como objetivo não só, atuar sobre a mudança de hábitos e costumes milenares, porém, aniquilar os aspectos fundamentais da cultura ancestral e seus valores materiais e simbólicos. Diante dos olhos dos jesuítas, os povos indígenas eram considerados nômades, praticavam a poligamia, detinham um comportamento selvagem.

Porém, a conversão, não atingiu por completo todos povos indígenas, estes mantiveram seus costumes considerados “bárbaros” sua religiosidade através de seus rituais que perdura até os dias de hoje inúmeras de aldeias deste Pais há mais de 500 anos.

Se no passado, os portugueses ocupavam as aldeias indígenas com a Cruz e a Espada, nas últimas décadas seguimentos religiosos voltados a doutrina evangélica, num processo de recolonizacao se apresentam com a Bíblia e o Fuzil ocupado territórios indígenas, para que aceitem Jesus como seu Salvador.

O desenvolvimento do território invadido, promoveu a necessidade de novos braços, lembrando que desde o século XV a Coroa Portuguesa, já traficava pessoas para a Europa, deu-se início do Tráfico Transatlântico de Africanos para a América portuguesa , foram trazidos a forca africanos de diversas localidades, tais como, Guiné-Bissau, Guiné, Serra Leoa, Gana, Togo, Benin, Nigéria, Níger, Gabão, Congo, Cabinda, Angola, Moçambique, de Angola foram os que mais adentraram no Brasil.

O processo da escravização de africanos no Brasil, foi violento, aterrorizante desde o deslocamento das aldeias de onde foram sequestrados, através do aprisionamento compulsório em depósitos na Costa Africana, o embarque no interior dos navios negreiros, superlotados, submetidos a tortura e maus tratos, alimentação de péssima qualidade, expostos a sarna, tuberculose, escorbuto, as mulheres a sevicias, estupros, todo o tipo de violência.

Incluindo outros transtornos, como tempestades, vendavais, ataques por navios

piratas, afundamentos de navios, acidentes, rebeliões e mortes. No desembarque, desnutrição, separação de familiares, exposição, venda, deslocamentos para lugares fazendas, canaviais, minas de ouro locais distantes rompimentos de laços.

A pratica da Intolerância Religiosa, se aplicou a população africana escravizada, com a alteração do nome de origem africano, pelo nome do Santo do Dia, o batismo em nome do "Pai, Filho e o Espirito Santo" ainda no interior do navio negreiro, acorrentado, e espancado por repudiar a cerimonia crista, que era a retirada da sua liberdade, consagrada por padrões civilizatórios brancos e cristãos inúmeras vezes marcados com ferro em brasa, as iniciais do seu dono e senhor de bem e terrivelmente devoto a Deus acima de todos.

Durante este o período a pratica das manifestações religiosas de origem africanas, eram proibidas pois, foi imposta aos escravizados a religião católica apostólica romana, as práticas religiosas africanas eram proibidas, demonizadas, vigiadas e castigadas.

Porém, mesmo com a severa vigilância, a população escravizada, readaptou seus rituais religiosos tais práticas, eram relegadas a cultos primitivos, bárbaros, ameaçadores, e desprezados pela sociedade. Assim, como nos tempos atuais, vinculados a feitiçarias e práticas do mal. As práticas religiosas africanas, passaram também a nortear a atuação da elite escravocrata, através da atuação da Juízes, Promotores, Bispos, Padres, Políticos com ênfase através de membros das forças de segurança pública responsáveis pela Lei e a Ordem.

Pós abolição da escravidão, o Estado Brasileiro, passou a elaborar novos mecanismos de repressão, voltados especificamente a população negra, com ênfase principalmente para Pais e Mães de Santo, perseguindo de forma sistemática, Terreiros sob a égide do cumprimento do novo Código Penal de 1890. A perseguição as religiões de Matrizes africanas, possuem raízes históricas, relacionadas a marginalidade, pobreza, e fortemente racializadas. Assim, a perseguição a pratica da intolerância contra as religiões de matriz africana não e um fenômeno recente.

A pratica da intolerância Religiosa, se agrega a pratica do preconceito dadiscriminação racial, passa a ganhar uma abordagem ainda maior, transformando-se em um grande fenómeno religioso contra suas manifestações culturais seculares da população negra no Brasil, através da perseguição aos adeptos de religiões de matriz africana, nas suas diversas vertentes, tenha conhecido por seu acelerado desenvolvimento ao longo das últimas décadas.

As manifestações dos adeptos das religiões de matriz africana, devido ao uso de seus adereços religiosos, vestimentas, sempre foram vistos como pessoas de comportamentos inadequados, desqualificados, desprovido de valores civilizatórios, as divindades cultuadas nos Terreiros, estão sempre relacionadas ao mal, vulgaridade, perversidade, marginalidade,

criminalidade, possuidores de conteúdo assustador e devem ser repudiados, ou amarrado em nome de Jesus.

A busca pela manutenção do Direito a liberdade religiosa torna-se fundamental, assim como a luta contra a discriminação racial, tem sido assustador o fenómeno da intolerância religiosa.

Neste contexto, a invocação, pelo respeito aos Direitos Humanos, por parte de inúmeras Lideranças religiosas de Matriz Africana em todo Pais, o direito absoluto pela liberdade de culto, previsto no artigo 5º da Constituição Federal que assegura a pratica religiosa, assegura o direito a convivência harmoniosa, não ser confrontado, agredido moralmente, fisicamente devido as visões religiosas diferentes e divergentes.

Assim, a necessidade de atitudes enérgicas do Estado Brasileiro perante as religiões de matriz africana, a necessidade da preservação ao direito de não ser violado os locais de culto as divindades de Matriz Africana.

Uma vez que o Estado e Laico, o papel da religião no espaço público, é plural, no qual coexistem crentes e não crentes, católicos e não católicos, espiritas, budistas, e pessoas de outras e até nenhuma religião. Urge um diálogo social, que tenha o objetivo de salvaguardar o pluralismo religiosos que existe no Brasil. A manutenção do direito a exercer as religiões de matrizes africanas, que não comporta nenhuma discriminação dos fundamentos religiosos.

O que presenciamos nas ultimas décadas, são sistemáticas violações de direitos humanos, agressões físicas, xingamentos, insultos, acompanhadas por práticas altamente racicalizadas, colocando seus adeptos de religiões de Matriz Africana na condição de seres inferiores, marginais, desprovidos de humanidade por serem principalmente descendentes de africanos.

O que presenciamos nos últimos anos, tem sido a destruição de terreiros, com homens armados de fuzis, intitulados de “Traficantes de Jesus” principalmente no RJ, vinculados a organizações responsáveis pelo tráfico de drogas, impondo o terror na população adepta as religiões de Matriz Africana. Atacando a concepção de democracia, e o Estado Democrático de Direito.

As atitudes tomadas por setores altamente racistas, conservadores, para com as religiões de Matriz Africana, impõe-se como um dos maiores desafios a serem vencidos na sociedade brasileira, onde destaca-se a necessidade de reconhecer a pluralidade de ordenamentos jurídicos, que asseguram a pratica e o respeito as religiões, todas inclusive os adeptos das religiões que atacam as religiões de matriz africana o direito a pratica religiosa deve ser garantida e assegurada.

Cabe ainda, destacar, a importância da atuação dos órgãos de Segurança Publica, das

delegacias de Crimes Raciais, Ministério Público, Tribunais de Justiça no sentido de garantir, assegurar, e punir nos rigores da Lei, através da garantia de regimes processuais a Luz da Constituição Federal, bem como os tratados e convenções que o Brasil e signatário.

6. # Oxalá

Com sabetoria toboʊ ca i>ho co eça no p’i eiro pas‹oʊ

A caminhada até aqui…

6.1. Apresentação dos Coletivos

Baobá: Fortificando As Raízes

Quem somos?

O coletivo Baobá - Fortificando as raízes existe desde 2014 sob a idealização de Carmen Faustino e Thiago Kairu, sendo somadas as forças de Maria Edijane e Juliana Santos, todas(os) são educadoras(es), ativistas e articuladores(as) culturais atuantes na Zona Sul de São Paulo, se viram na urgência de aprofundar os debates em torno da aplicabilidade da Lei 10.639/2003 e o combate às práticas racistas e discriminatórias tão naturalizadas na comunidade escolar e espaços de aprendizagem.

Percebeu-se também a grande defasagem sobre assuntos ligados a África e africanidades nos repertórios de professores e educadores, o que se torna um dificultador na aplicabilidade da referida Lei. Desde então são realizados cursos de formação para professores(as), educadores(as), pesquisadores(as) e demais interessados nas culturas africanas e afro-brasileiras, com o objetivo de instrumentalizar e sensibilizar seus participantes sobre a necessidade de mudar esse cenário e promover uma educação antirracista, que promova a diversidade e respeito aos legados e culturas deixadas pelos povos africanos e indígenas.

O coletivo também tem atuação na assistência social, arte, cultura e participa ativamente das articulações no território do Campo Limpo, Capão Redondo, Jd. São Luís e Jd. Ângela, juntamente com outros coletivos, instituições e projetos parceiros, bem como nas cidades de Embu das Artes e Taboão da Serra.

Como atuamos?

Estamos inseridos em uma sociedade construída em conceitos e práticas racistas e de exclusão social, instituídos desde a colonização do Brasil e que ainda operam fortemente nas dinâmicas de todas as classes. Reproduzem essas práticas discriminatórias constantemente, sem questionamentos ou compreensão das problemáticas de tais ações. Nesse sentido questionamos por que o Brasil ainda apresenta poucos debates e ações práticas afirmativas de combate aos vários tipos de racismo. Para construir uma nova sociedade, atuamos na frente daeducação elaborando encontros formativos que contribuam para um novo agir.

Onde nos encontrar?

Instagram - @baobafortificandoasraizes
E-mail - baobafortificandoasraizes@gmail.com

Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate a Violência

Quem somos?

Atuando no Brasil desde o ano de de 2008, ano que foi instituída na cidade de Campinas/SP, durante um encontro de mulheres negras, onde estavam presentes mulheres negras de todas as regiões do país.

Estamos organizadas em 45 núcleos em todo o Brasil e nas cinco regiões do país, denunciando todas as formas de violência, opressões, violações de direitos sofrida pelas meninas jovens e mulheres negras e população negra, pois o Brasil, há a existência do racismo institucional latente que influi diretamente nas vidas das jovens e mulheres brasileiras, e se precisa cada vez mais encontrar formas de enfrentamento a essa realidade, na qual fez o número de mortalidade de jovens e mulheres negras assassinadas subir em 54% nos últimos dez anos, portanto há um grave problema a ser solucionado, combatido e enfrentado.

Temos o compromisso e a missão de fortalecer o movimento de mulheres negras, atender meninas, jovens e mulheres negras que passam por situação de violência ou qualquer outra opressão,seja ela psicológica, sexual, doméstica, assédio sexual, assédio moral, enfim, que passam por qualquer situação ou forma de violência, dando apoio, direcionando aos órgãos de atendimento, orientação jurídica e psicológica.

Entre as nossas atividades, sendo todas elas gratuitas, organizamos seminários, audiências públicas, passeatas, vigílias, cursos de capacitação, atuamos baseadas em uma Educação não discriminatória e sem violência, temos parcerias com outras organizações da sociedade civil e órgãos municipais, estaduais focando estratégias de combate à violência, enfrentamento ao racismo e demais opressões, estamos em alguns espaços de decisão econtrole social, como conselhos municipais e estaduais, comissões de direitos humanos,reivindicando as nossas pautas e com o compromisso de fortalecer o movimento de jovens e mulheres negras.

Estivemos presentes na Marcha Nacional das Mulheres Negras, realizada em 2015 na cidade de Brasília/DF, aonde denunciamos todas as formas de opressão sofridas pelas meninas, jovens e mulheres negras, e também nos conectamos com outras companheiras, elaborando estratégias para combate a todas as formas de opressão.

Como atuamos?

As pautas da Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate a Violência são:

- Combate e enfrentamento a todas as formas de violência, opressões e discriminações, racismo, racismo religioso, perseguição religiosa, tráfico de seres humanos, trabalho escravo, patriarcado, fundamentalismo, retrocesso, lesbofobia, lgbtfobia, transfobia, machismo, sexismo, violações de direitos civis e humanos.
- Trabalhamos em ações de Inclusão social e por uma educação anti racista, anti discriminatória, anti discriminação de gênero e sem violência.
- Fortalecimento do movimento de jovens e mulheres negras.
- Defesa da qualidade de vida, habitação, saneamento básico, alimentação, saúde, fortalecimento do SUS, educação, empregabilidade, vacina em massa. Pautas referentes à população negra.
- Defesa da criação e manutenção de redes de atendimento e proteção às mulheres vítimas de violência, como Casa da Mulher Brasileira, Casa Abrigo, Centros de Referência, entre outras.

Onde nos encontrar?

Instagram - @rede.nacionalmulheresnegras

E-mail - redenacionaldemulheresnegras@gmail.com

6.2. Racismo Religioso:

Uma realidade cruel que precisa ser combatida

A Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate á Violência nestes últimos dois anos, 2021 a 2023, coordenou o Projeto a nível nacional, de Combate ao Racismo Religioso, financiado pelo Instituto Raça e Igualdade.

Ao longo desse tempo, no qual pudermos desenvolver o projeto, nos deparamos com várias realidades as quais demonstram como o racismo religioso no Brasil, está fortemente marcado e persistente na sociedade.

Podemos afirmar que apesar de estarmos no século 21, na era da tecnologia, no qual a sociedade deveria ter as mentes mais avançadas e evoluídas, principalmente em relações sociais, observamos um retrocesso comparado desde os tempos da colonização, período no qual as pessoas negras sequestradas do continente africano foram proibidas de cultuar suas deusas e seus deuses africanos.

Percorremos as cinco regiões do país, e detectamos casos de racismo religioso em todas elas, que vão desde xingamentos, perseguições nas escolas, faculdades, local de trabalho as pessoas adeptas de religiões de matrizes africanas, invasão e queimas de terreiros, além de ameaças de expulsão de suas casas de terreiros e morte as sacerdotisas e sacerdotes da religião.

A impunidade dos agressores que os fazem se sentirem a vontade para cometer tais crimes, pois mesmo quando as pessoas agredidas fazem as denúncias nos órgãos de segurança pública, os casos na maioria das vezes não são investigados, e acabam sendo arquivados, como se não houvesse justiça para as pessoas que tem suas vidas cruelmente marcadas pela discriminação de estar em uma religião que aos olhos do agressor precisa ser banida e extinta, sem nenhum respeito a tradição ancestral e secular que as religiões de matrizes africanas preservam.

Além disso, a falta de conhecimento e desinteresse sobre a religião, o não respeito a laicidade do estado, a formação de um conceito que a população africana é amaldiçoada recorrente do pensamento dos colonizadores exploradores europeus e concretizada até hoje por práticas racistas também contribuem para esse cenário desumano.

O Brasil foi um país construído em uma base solida machista, racista, misógina, patriarcal e excludente, no qual os corpos negros não são humanizados e tudo que vem de África não é reconhecido e valorizado.

Os constantes ataques as religiões de matrizes africana fazem parte de um processo político de extermínio do povo negro, pois, quando se nega a liberdade de crença, costumes, ritos sagrados, o tocar dos atabaques, está matando também a identidade cultural de uma religião baseada no conhecimento oral e ancestral.

Finalizando o projeto, detectamos que as poucas políticas públicas e leis direcionadas ao combate ao racismo religioso não estão sendo suficientes, há uma emergência de leis mais contundentes, que saiam do papel, para punir os culpados pelos ataques e discurso de ódio, pois, o presente e futuro das religiões de matrizes africanas está ameaçado.

Precisa haver uma reconstrução e descolonização da sociedade, no qual as escolas têm um papel importante nessas ações, pois, o racismo religioso precisa ser pauta de debate todos os dias, em todos os espaços, e não apenas em datas e dias específicos, pois a cada dia que passa, os casos só aumentam.

O Baobá: Fortificando às Raízes nestes últimos dois anos, 2021 a 2023, coordenou o Projeto a nível regional, de Combate ao Racismo Religioso, financiado pelo Instituto Raça e Igualdade.

Ao sermos apresentados à esse projeto, vimos que as discussões e enfrentamentos sobre a aplicabilidade da Lei 10.639/2003, que à época estava completando dezoito anos, precisavam ser atualizadas no sentido de compreender que a não aplicabilidade da Lei 10.639/2003, tanto por não haver formação adequada aos profissionais da educação, quanto pelo fato de uma grande maioria de gestores(as) escolares aplicarem à escola, de modo compulsório, suas preferências religiosas com punição àqueles(as) que não seguem as “regras da instituição”.

Desde que tivemos as primeiras conversas com a Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência aprofundamos a compreensão sobre, como o racismo religiososofrido por crianças e adultos no ambiente escolar consistem em violações dos direitoshumanos e desacordo com os compromissos internacionais assumidos em reuniões com a Organização das Nações Unidas – ONU.

Esse projeto teve duas fases fundamentais para a realização do documento de denúncia, aqui apresentado como E-Book. No primeiro momento, conversamos com Zeladoras(es) de terreiros da cidade de São Paulo, com educadoras(es) e intelectuais ligados à educação para compreender como poderíamos constatar a prática de racismo religioso no ambiente escolar, uma vez que, o discurso de uma religião supostamente "universal" se camufla na manipulação do entendimento de laicidade, de um Estado institucionalmente laico. No segundo momento, ofertamos encontros de formação e problematização sobre as formasde racismo religioso aplicadas no descumprimento da LDB pela não aplicabilidade da Lei 10.639/2003 e o impedimento da livre expressão dos signos das filosofias religiosas de matriz africana e afro-indígena.

Esses encontros e trocas nos trouxeram ao lugar de denúncia das violações sofridas por crianças majoritariamente negras, por suas crenças religiosas serem diferentes da cristã. Na nossa presença estiveram alunos, pais, educadores, assistentes sociais e gestores que apresentaram casos ocorridos nos ambientes em que trabalham. Esses casos variavam desde o impedimento de acesso ao prédio da escola devido a roupa utilizada pela criança, que estava em preceito por cumprir ritos de iniciação até agressões verbais e físicas.

O resultado do desenvolvimento desse projeto evidencia a desumanização com que são tratadas as pessoas que assumem as religiões de matriz africana, e que, essa prática tem fundações no racismo. As instituições educacionais ainda hoje, século 21, propagam e mantêm impedimentos sistêmicos de equidade étnico-racial no ambiente escolar violentando sujeitos sociais, com o propósito de apagar a história de construção e contribuição dada pelos povos africanos e afro-brasileiros para a construção do país.

Também ficou nítido que, as ações de combate ao racismo religioso efetivadas nas escolas e ambientes educacionais, de forma majoritária, vem sendo desenvolvidas por profissionais negras(os) que também passam por situações racistas em seus vários âmbitos. Essas pessoas se mobilizam de forma coletiva para produzir resistência, na maioria das vezes elas recebem punições e sofrem perseguições camufladas nas burocracias e descaso. Dessa forma, esses profissionais batem de frente com as práticas racistas e racializadas, munidos das produções e teorias elaboradas por coletivos e organizações negras, contrapondo as narrativas pejorativas e demonizadas em são colocadas as religiões de matriz africana.

Como finalização do projeto após as várias trocas e contribuições coletivas construímos três recomendações a partir das violações de direitos identificadas durante o processo. São elas:

- ➢ Fazer o levantamento de dados a partir de três análises: 1- O currículo das instituições de ensino associados aos seus Projetos Políticos Pedagógicos; 2- Os registros de atividades (plano de aula, diários, semanários, etc.); 3- As práticas adotadas pelas instituições de ensino a partir de observadores presentes no espaço dessas instituições.

➢ Criar equipes vinculadas ao Ministério da Educação - MEC em parceria com os Ministérios Públicos Estaduais e Federal para fiscalização da implementação da Lei 10.639/2003, a partir de critérios criados por especialistas, representantes da sociedade civil, professores e gestores.

➢ Retomar a discussão sobre a importância do artigo 79-A[1] vetado no momento da aprovação da Lei e construir estratégias de incidência política junto ao Congresso Nacional para sua inclusão no texto da mesma.

Silvana Veríssimo

Coordenadora geral da Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência

Juliana de Jesus Santos

Maria Edijane Alves de Lacerda

Thiago Lima dos Santos

Coordenação do coletivo Baobá: fortificando às raízes.

---

[1] Artigo 79-A da Lei 10.639/2003 “Os cursos de capacitação para professores deverão contar com a participação de entidades do movimento afro-brasileiro, das universidades e de outras instituições de pesquisa pertinentes à matéria”.

7. # Erês

Com pu’eza, lereza e agilitade o b’i>ca 9e enga>a a mo’9e

“Ibejada Está De Ronda, São Jorge De Prontidão

Salve O Povo De Aruanda, Salve Cosme e Damião”

7. 1.Vunji/Ibeji: quando o mundo gira brincando de roda.

Sabe aquela sensação de que tudo na vida é uma festa e que as pequenas coisas, as coisas mais simples podem trazer a maior felicidade de todos os tempos? E quando a gente vê as dificuldades pelo lado mais simples, já sentiu essa sensação? A sensação de que nada é tão pesado assim?

Quando a gente pensa em ancestrais, estamos falando da energia essencial, vital pra que cada um, cada uma consiga ter energia e força. Energia pra se manter de pé e força pra superar desafios e obstáculos com a leveza daqueles que sabem onde querem chegar. As crianças ancestrais do plano espiritual se manifestam em nossas vidas para lembrar que somos capazes e precisamos acreditar nisso.

Sem essa paixão, no sentido mais profundo, na versão mais incondicional, sem essa força que movimenta a gente, nada, nada do que acreditamos e fazemos ia ter sentido. É na visão das crianças que o mundo fica mais bonito, é somente com essa magia no olhar que a gente pode ser o melhor que consegue.

Quando a gente cresce o mundo fica meio cinza, perde o brilho e a cor. As responsabilidades vão impondo uma distância muito grande e profunda entre o encanto de ver que dá para melhorar e a tristeza de não querer dar o primeiro passo. Esse gosto amargo não é nosso, essa confusão entre o que quer e o que precisa veio com as maldades do racismo, esse mesmo racismo que… que adultiza, que viola direitos básicos, porque para sobreviver nesse mundão que a gente tá, precisamos brigar muito.

Os Vunji/Ibeji, são nossa raiz mais profunda, essas energias divinas e divinizadas às vezes bagunçam nossas coisas, para a gente poder saber que tudo é momento, nessa brincadeira de vai-não-vai, ao mesmo tempo o certo e o errado caminham juntos e se transformam em experiências de vivências que colocam sabor na nossa boca. Essa vida nossa não pode ser só sofrimento, tem que ter dendê, precisa ser quente, tem que ter pimenta para ampliar o sabor. Porque, é aí, é aí que o doce fica mais saboroso, traz um acalanto pro Orí,que saboreia, que dança, que canta, que sorri, dá gargalhada e tira um sarro das dificuldades, porque elas são duras, não têm malemolência.

Em todos os terreiros se fazem referências a Ibeji, a criança orixá, são o início de tudo, ligados a natureza, a brincadeira, a evolução e o cuidado, estas divindades proporcionama importância de ser o ressignificado da existência.

A gente precisa tá mais muleke pra entender o Erê. Quando a vida tiver dura, que a gente vire água. Quando tiver quebrando que a gente seja liga. Quando tiver escura que a gente seja luz. E quando tiver seca, que a gente seja chuva.

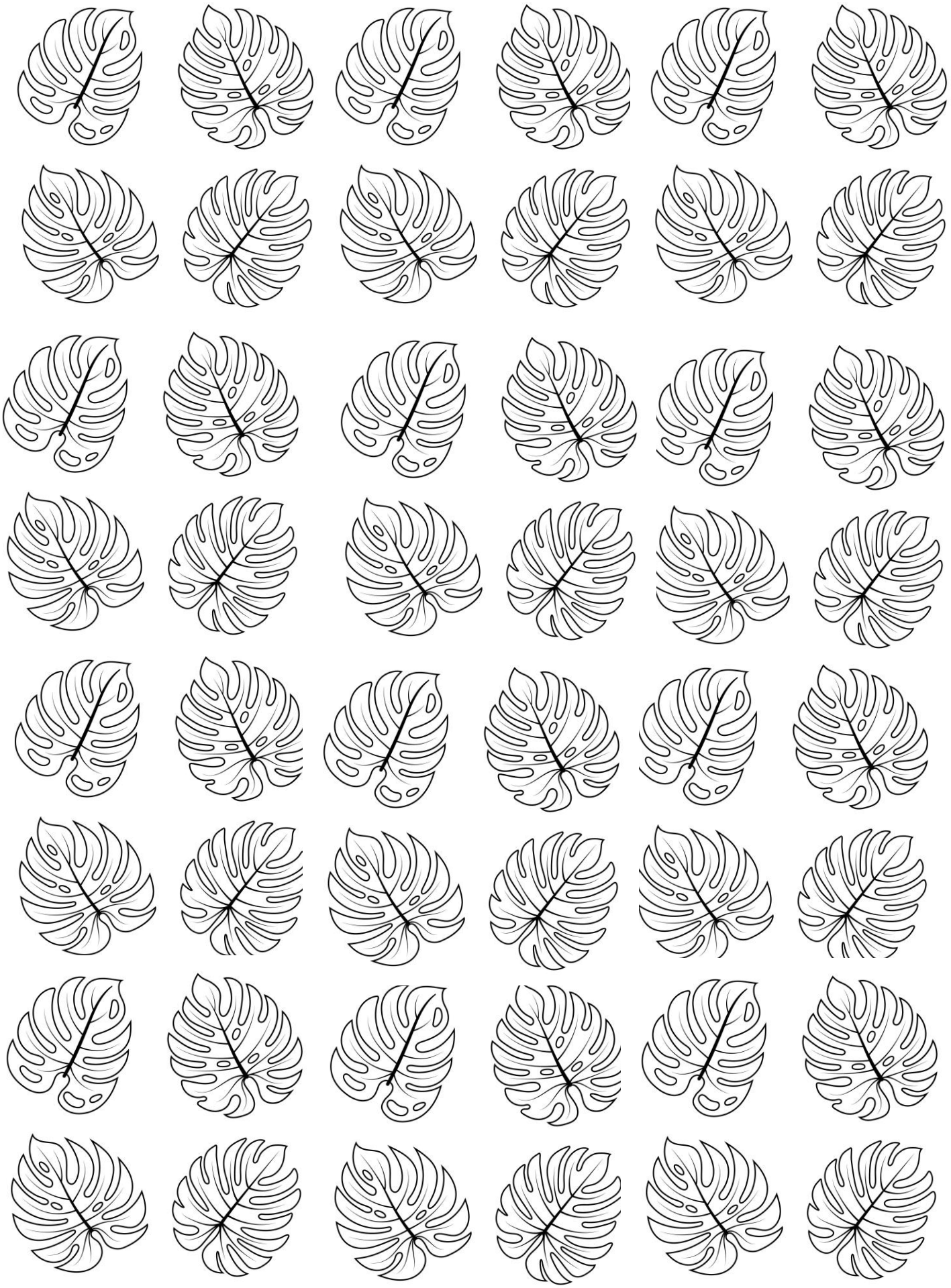
São divindades, são as crianças das religiões de matrizes africanas, são a volta ao passado e o renascimento do futuro, são intermediários dos Orixás, trazem a alegria aoterreiro e tornam nossas vidas mais leves, mesmo com todas as agruras do dia a dia.

Salve Vunji, Ibeji, salve os Erês, salve São Cosme, Damião e Doum! Que sempre nos tragam a essência das crianças, a felicidade de viver e nos orientem para tratarmos e saímos com esperteza dos desafios da vida.

Salve as crianças!!!

Silvana Veríssimo – Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência

Thiago Kairu - Thiago Lima dos Santos – Baobá Fortificando Raízes



O Racismo Religioso é um traço da nossa sociedade que precisa ser discutido.
Pessoas de religiões de matriz africana sofrem diversas violências todos os dias, sendo impedidos de professar sua fé em um país laico.
A Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência juntamente com o Coletivo Baobá: fortificando às raízes, desenvolveu um projeto onde o tema Racismo Religioso foi o alicerce para várias formações.
Este livro é um compilado de depoimentos de pessoas conhecedoras do tema e assim transmitir a temática da melhor forma.

Instagram - @rede.nacionalmulheresnegras
E-mail - redenacionaldemulheresnegras@gmail.com

Instagram - @baobafortificandoasraizes
E-mail -baobafortificandoasraizes@gmail.com

BOCA PRETA PUBLICAÇÕES

DO NORTE AO SUL

ESCRAVIDÃO BRASIL

SÉC. XVI — SÉC. XIX

SOLIMAR OLIVEIRA LIMA
RODRIGO CAETANO SILVA
ORGANIZADORES

EDUFPI

DO NORTE AO SUL

ESCRAVIDÃO BRASIL SÉC. XVI — SÉC. XIX

ADELMIR FIABANI

ADRIANA MARIA DE SOUZA

AGOSTINHO JÚNIOR HOLANDA COE

CRISTIANE PINHEIRO SANTOS JACINTO

EDUARDO FRANÇA PAIVA

ELAINE CANCIAN

ELISGARDÊNIA DE OLIVEIRA CHAVES

ESTEFÂNIA K. CANGUÇU FRAGA

EURÍPEDES A. FUNES

FÁBIA BARBOSA RIBEIRO

FLÁVIO GOMES

FRANCISCA RAQUEL DA COSTA

GABRIEL ALADRÉN

IAMARA VIANA

IRANEIDE SOARES DA SILVA

JOCENEIDE CUNHA

JOSÉ BENTO ROSA DA SILVA

KARLA LEANDRO RASCKE

MAIRTON CELESTINO DA SILVA

MARIA APARECIDA PAPALI

MARIA DO CARMO BRAZIL

MARINELMA COSTA MEIRELES

MARIO MAESTRI

PAULO AUGUSTO TAMANINI

RODRIGO CAETANO SILVA

SOLIMAR OLIVEIRA LIMA

SOLANGE P. ROCHA

THIAGO CAMPOS PESSOA

VERÔNICA XAVIER LUNA

VALÉRIA ZANETTI

YNAÊ LOPES DOS SANTOS

SOLIMAR OLIVEIRA LIMA

RODRIGO CAETANO SILVA

ORGANIZADORES

EDUFPI

TERESINA—2018